RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019

Mensagem do Presidente

A busca por uma gestão mais eficiente permeou o ano de 2019 e continuará a ser a principal diretriz da empresa no seu planejamento de longo prazo. Mais do que acompanhar de forma permanente a situação econômica da empresa, a Companhia avançará na implementação gradativa do conceito Gestão 5.0, que tem como premissa o bem-estar dos nossos empregados, terceirizados e, principalmente, dos passageiros. Para gerenciar a visão financeira e o cuidado com as pessoas, apostamos no Plano de Negócios da Companhia 2020-2024, que está alicerçado em quatro pilares: Equilíbrio Econômico-Financeiro, Eficiência na Gestão, Gerenciamento de Investimentos e Comunicação Integrada.

Muitas serão as palavras-chave que vão conduzir o nosso trabalho durante o próximo ano, mas certamente a "integração" guiará as ações da empresa.

Estamos comprometidos com o desenvolvimento sustentável da nossa estrutura, processos e pessoas. Para que todas essas peças funcionem como uma engrenagem, a inovação é imprescindível.

Os propósitos inovadores do Metrô estarão presentes nos projetos a serem desenvolvidos com o apoio do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT). Em 2019, além do NIT, criamos a Diretoria Comercial para conseguirmos planejar de forma estratégica o aumento das nossas receitas não tarifárias.

Começamos a prospectar novos mercados no Brasil e no exterior, por meio do Metrô Consulting, com o objetivo de comercializarmos produtos e serviços nas diversas áreas do Transporte e da Mobilidade Urbana. Ações contínuas de melhoria do serviço impactam na percepção da imagem da empresa, aumentando seu valor agregado. "Nenhuma obra de metrô parada" foi o principal norteador da Companhia em 2019.

Foi um trabalho incessante, que já resultou em muitas conquistas. No decorrer do ano, conseguimos superar diversas dificuldades contratuais, e projetos prioritários foram destravados.

Anunciamos a retomada da expansão da Linha 2-Verde com oito estações (Orfanato, Água Rasa, Anália Franco, Vila Formosa, Guilherme Giorgi, Nova Manchester, Aricanduva e Penha). Além disso, um novo processo de licitação foi lançado para darmos continuidade às obras civis das estações da Linha 17-Ouro: Congonhas, Brooklin Paulista, Jardim Aeroporto, Vereador José Diniz, Campo Belo, Vila Cordeiro, Chucri Zaidan e Pátio Água Espraiada.

Fechamos o ano com chave de ouro! Nossa rede foi ampliada com o acréscimo de mais quatro estações na Linha 15-Prata: Jardim Planalto, Sapopemba, Fazenda da Juta e São Mateus. E estruturamos o departamento que cuidará da implantação da Linha 19-Celeste, no trecho Anhangabaú - Bosque Maia (Guarulhos).

Se considerarmos toda a rede metroviária de São Paulo, ultrapassamos os 101,0 km e chegamos a 89 estações.

Encerramos 2019 com o Metrô-SP operando 69,7 km de extensão e 62 estações.

São Paulo é pulsante e dinâmica. Fazer com que as pessoas vivam intensamente essa cidade e cheguem de modo mais fácil e seguro aos seus destinos é o nosso desafio.

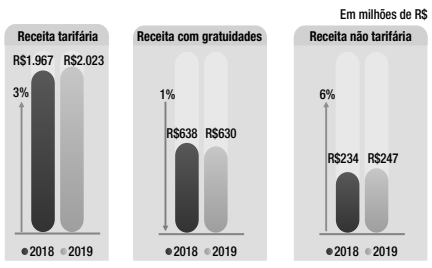
Em minha trajetória profissional, poucas foram as empresas em que os funcionários falavam com tanto amor e carinho sobre o cotidiano do seu trabalho. Para mim, esse é o diferencial impulsionador da Companhia do Metrô. Se somarmos essa característica admirável à capacidade de nos adaptarmos ao futuro, muitas oportunidades de negócio surgirão nos próximos anos.

Liderar transformações está no DNA da Companhia!

Silvani Pereira
Diretor-Presidente Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O Metrô de São Paulo reportou, no período, prejuízo de R$ 599 milhões em 2019, ante R$ 672 milhões em 2018, redução de 11% em relação ao período comparativo. A receita operacional líquida atingiu R$ 2.811 milhões no acumulado de 2019, crescimento de 3%, comparado a 2018, reflexo do aumento da receita tarifária, que alcançou R$ 2.023 milhões em 2019, ante R$ 1.967 milhões de 2018. A principal fonte de recursos da Companhia proveniente da atividade operacional é a prestação de serviço de transporte de passageiros, composta por receita tarifária e ressarcimento de gratuidade. Esta representou 92% da receita operacional bruta de 2019. A receita não tarifária também apresentou aumento de 6% no período comparativo com 2018, alcançando R$ 247 milhões em 2019.



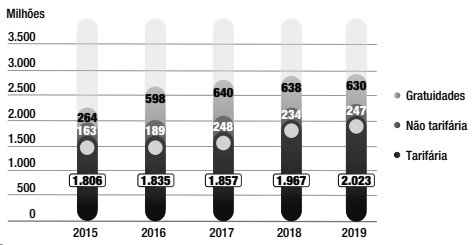
DADOS FINANCEIROS

Em milhões de R$

Componentes	2019	2018	Variação 2018 x 2019
Receita líquida	2.811	2.720	3%
Passageiros transportados	1.098	1.092	1%
Custos dos serviços prestados (CSP)	(2.469)	(2.409)	2%
Lucro bruto	342	311	10%
Despesas gerais e administrativas, arrecadação e vendas	(954)	(839)	14%
Outras despesas/receitas operacionais	(35)	(172)	(80%)
Ebitda Ajustado	64	27	133%

O Ebitda ajustado reflete a medida econômica de potencial geração de caixa ajustado pelos itens "não recorrentes" e "não caixa", e alcançou R$ 64 milhões em 2019, ante R$ 27 milhões em 2018.

RECEITA OPERACIONAL



GRANDES NÚMEROS

Passageiros transportados no sistema de transporte na RMSP 2017, 2018 e 2019[1].

	Passageiros 2017 (milhões)	(%)	Passageiros 2018 (milhões)	(%)	Passageiros 2019 (milhões)	(%)
Transporte sobre trilhos	**2.123,1**	**33,0**	**2.222,0**	**34,8**	**2.362,1**	**37,0**
- Metrô de São Paulo	1.095,7	17,0	1.092,0	17,1	1.098,0	17,2
- ViaQuatro[2]	199,7	3,1	217,0	3,4	229,5	3,6
- ViaMobilidade[2]			49,6	0,8	166,8	2,6
- Trem Metropolitano - CPTM[3]	827,7	12,9	863,3	13,3	867,7	13,6
Transporte sobre pneus	**4.319,3**	**67,0**	**24.163,9**	**65,2**	**4.004,7**	**63,0**
- Ônibus Municipal - SPTRANS[4]	2.864,3	44,4	2.798,9	43,8	2.636,6	41,5
- Ônibus Intermunicipal - EMTU[5]	504,2	7,8	505,7	7,9	506,9	8,0
Aeroporto e Corredor (Trólebus e Diesel)	80,5	1,2	77,6	1,2	75,9	1,2
Empresas particulares (serviço comum e seletivo)	423,7	6,6	428,2	6,5	431,0	6,8
- Ônibus - Outros Municípios[6]	950,9	14,8	859,2	13,5	861,2	13,5
Total de Transportes	**6.442,4**	**100,0**	**6.385,8**	**100,0**	**6.366,8**	**100,0**

[1] Inclui transferência e gratuitos. Não inclui ônibus escolar e fretamento

[2] Fonte: CMCP - Comissão de Monitoramento das Concessões e Permissões

[3] Fonte: STM - Secretaria dos Transportes Metropolitanos do Estado de São Paulo

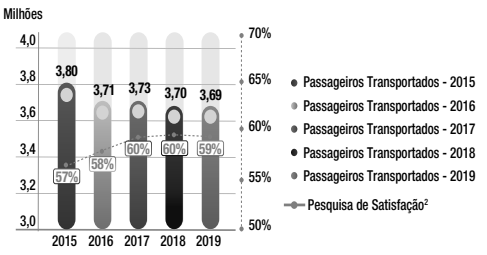
[4] Fonte: SPTRANS - São Paulo Transportes S.A.

[5] Fonte: EMTU - Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - dados estimados de Dezembro/19

[6] Estimativa com base nas viagens dos demais municípios na RMSP, em relação às viagens intermunicipais apontadas na Pesquisa Origem Destino 2017

Rede Metroviária	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Rede Metroviária (Metrô de São Paulo, ViaQuatro e ViaMobilidade)						
- km de extensão	71,5	77,4	77,4	80,4	96,0	101,0
- nº de estações	68	68	68	71	84	89
- nº de linhas	6	6	6	6	6	6
Linhas operadas pelo Metrô de São Paulo						
- km de extensão	66,2	68,5	68,5	71,5	64,7	69,7
- nº de estações	59	61	61	64	58	62
- nº de linhas	5	5	5	5	4	4
Passageiros transportados pelo Metrô de São Paulo						
- Média nos dias úteis (milhão)	3,8	3,8	3,7	3,7	3,7	3,7
- Total anual (bilhão)	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1

Passageiros Transportados X Índice de Satisfação[1]



[1] Média dias úteis

[2] Top two box. Corresponde ao somatório dos percentuais das avaliações "Muito Bom" e "Bom"

AGRADECIMENTOS: Agradecemos aos nossos colaboradores, passageiros, acionistas, fornecedores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia do Metrô no ano de 2019. Além disso, confiamos no comprometimento e dedicação constantes como base para a realização do nosso trabalho, sempre em linha com as ações desenvolvidas pelo Governo do Estado de São Paulo.

DISPOSIÇÕES FINAIS: As demonstrações financeiras apresentadas seguem as Normas Contábeis Internacionais, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS e em conformidade com os critérios da legislação societária brasileira, - Lei nº 6.404/76. As Demonstrações Financeiras são parte integrante deste Relatório Integrado e são auditadas por auditor independente registrado na Comissão de Valores Mobiliários - CVM conforme Lei nº 13.303/16. As informações não financeiras assim como outras informações operacionais não foram objeto de auditoria.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018 Reapresentado
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	**674.262**	814.697
Títulos e valores mobiliários		**9.017**	8.151
Contas a receber	5	**294.003**	204.406
Estoques	6	**225.276**	231.180
Tributos a recuperar		**37.710**	39.476
Outros ativos		**10.373**	35.084
		1.250.641	1.332.994
Não circulante			
Contas a receber	5	**802**	700
Depósitos judiciais	7	**204.747**	284.973
Imposto de renda e contribuição social diferidos		**–**	35.235
Investimentos	8	**19.874**	5.987
Imobilizado	10	**34.302.947**	33.085.610
Intangível	11	**52.945**	72.298
		34.581.315	33.484.803
Total do ativo		**35.831.956**	34.817.797

Passivo	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018 Reapresentado
Circulante			
Fornecedores	13	**529.976**	412.241
Impostos e contribuições a recolher	14	**67.325**	70.254
Remunerações e encargos a pagar	15	**330.629**	421.628
Adiantamento de clientes	16	**412.322**	364.766
Partes relacionadas	12	**26.664**	34.671
Outras contas e despesas a pagar		**3.027**	2.056
		1.369.943	1.305.616
Não circulante			
Impostos e contribuições a recolher	14	**–**	17.516
Remunerações e encargos a pagar	15	**36.527**	62.807
Adiantamento de clientes	16	**118.842**	112.183
Plano de previdência suplementar	17.2	**90.227**	216.413
Provisão para processos judiciais	18	**837.469**	727.112
Partes relacionadas	12	**230.537**	234.411
Outras contas e despesas a pagar		**3.133**	3.133
		1.316.735	1.373.575
Patrimônio líquido			
Capital social	19.2	**40.010.915**	38.516.495
Ações em tesouraria		**(16)**	(16)
Ajustes de avaliação patrimonial		**43.271**	(68.397)
Prejuízos acumulados		**(6.908.892)**	(6.309.476)
		33.145.278	32.138.606
Total do passivo e patrimônio líquido		**35.831.956**	34.817.797

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018 Reapresentado
Receita operacional líquida	20	**2.811.170**	2.720.401
Custo dos serviços prestados	21	**(2.469.207)**	(2.409.142)
Lucro bruto		**341.963**	311.259
Receitas (despesas) operacionais	21		
Despesas com vendas		**(19.639)**	(16.350)
Despesas gerais e administrativas		**(934.416)**	(823.045)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		**(35.076)**	(171.658)
		(989.131)	(1.011.052)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		**(647.168)**	(699.793)
Resultado financeiro, líquido	22		
Receitas financeiras		**65.401**	42.921
Despesas financeiras		**(22.572)**	(29.350)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		**4.923**	2.583
		47.752	16.154
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		**(599.416)**	(683.639)
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	23.2	**–**	(4.182)
Diferidos		**–**	15.743
Prejuízo do exercício		**(599.416)**	(672.078)
Prejuízo do exercício por ação (Em R$)	24		
Básico - ON	24.1	**(83,45)**	(97,89)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	31/12/2019	31/12/2018 Reapresentado
Prejuízo do exercício	**(599.416)**	(672.078)
Valor justo sobre títulos e valores mobiliários	**867**	(3.236)
Ganho atuarial	**146.036**	63.175
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**(35.235)**	(20.379)
Total do resultado abrangente	**(487.748)**	(632.518)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DOS PATRIMÔNIOS LÍQUIDOS

	Capital social	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	36.461.066	–	(107.957)	(5.637.398)	30.715.712
Prejuízo do exercício	–	–	–	(672.078)	(672.078)
Valor justo sobre títulos e valores mobiliários	–	–	(3.236)	–	(3.236)
Ganho atuarial	–	–	63.175	–	63.175
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–	(20.379)	–	(20.379)
Resgate de ações (Lei 13.303/16) e grupamento	–	(16)	–	–	(16)
Integralização de capital	2.055.429	–	–	–	2.055.429
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)	38.516.495	(16)	(68.397)	(6.309.476)	32.138.606
Prejuízo do exercício	**–**	**–**	**–**	**(599.416)**	**(599.416)**
Valor justo de títulos e valores mobiliários	**–**	**–**	**867**	**–**	**867**
Ganho atuarial	**–**	**–**	**146.036**	**–**	**146.036**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**–**	**–**	**(35.235)**	**–**	**(35.235)**
Redução de capital [a]	**(648.307)**	**–**	**–**	**–**	**(648.307)**
Integralização de capital [b]	**2.142.727**	**–**	**–**	**–**	**2.142.727**
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**40.010.914**	**(16)**	**43.271**	**(6.908.892)**	**33.145.278**

[a] Composto por R$ 648.307 em bens transferidos em operação de permuta de ativos, envolvendo o controlador (GESP), conforme demonstrado na nota explicativa n° 1, item (iii).

[b] Composto por R$ 1.083.345 em bens recebidos em operação de permuta de ativos, envolvendo o controlador (GESP), conforme demonstrado na nota explicativa n° 1, item (iii) e R$ 1.059.382 referente a integralização de capital, via recursos em moeda nacional.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS

	31/12/2019	31/12/2018 Reapresentado
Receitas		
Receita de prestação de serviços e outras	**2.984.016**	2.852.189
Outras (despesas) receitas, líquidas	**(9.538)**	(36.866)
Provisão/(reversão) de perda de crédito esperada, líquida	**(28.750)**	54.574
	2.945.729	2.869.897
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	**(396.719)**	(535.894)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(461.582)**	(350.248)
Perdas com ativos	**(142.961)**	(53.561)
	(1.001.263)	(939.702)
Valor adicionado bruto	**1.944.466**	1.930.194
Depreciação e amortização	**(578.858)**	(576.581)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**1.365.608**	1.353.613
Valor adicionado recebido em transferência		
Juros, lucros e dividendos sobre ações	**208**	528
Receitas financeiras	**73.935**	47.642
	74.144	48.170
Valor adicionado total a distribuir	**1.439.752**	1.401.783

	31/12/2019	31/12/2018 Reapresentado
Empregados		
Remuneração e encargos sociais	**1.634.450**	1.700.839
Honorário da diretoria e conselhos	**2.733**	3.848
Programa de Participação nos Resultados	**50.870**	66.578
Plano de pensão	**54.323**	68.564
	1.742.376	1.839.829
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	**219.058**	182.244
Estaduais	**106**	75
Municipais	**48.026**	16.328
	267.190	198.647
Remuneração de capitais de terceiros		
Despesas financeiras	**5.782**	7.402
Aluguéis	**23.820**	27.982
	29.602	35.384
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízo do exercício	**(599.416)**	(672.078)
	(599.416)	(672.078)
Valor adicionado total distribuído	**1.439.752**	1.401.783

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	31/12/2019	31/12/2018 Reapresentado
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	**(599.416)**	(672.078)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	**578.858**	576.582
Resultado na venda de investimentos	**(9.600)**	(128)
Baixa de ativos imobilizados e intangíveis	**99.347**	361.979
Juros sobre passivo atuarial	**19.850**	21.977
Provisão/(reversão) para contencioso judicial e administrativo, líquida	**163.431**	81.199
Provisão/(reversão) para perda de crédito esperada	**43.529**	(54.574)
Provisão/(reversão) para Programa de Demissão Voluntária, líquida	**–**	(21.874)
Outros impostos e contribuições	**–**	815.767
Variações monetárias, líquidas	**47.340**	–
Pagamento de outros impostos e contribuições	**–**	(855.315)
Liquidação de ações judiciais	**(100.414)**	(126.735)
Resultado líquido ajustado	**242.925**	126.800
Variação nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber de clientes	**(133.228)**	140.840
Estoques	**5.904**	(3.938)
Tributos a recuperar	**1.766**	14.007
Depósitos judiciais	**80.226**	175.357
Despesas antecipadas	**–**	1.867
Outros ativos circulantes e não circulantes	**24.711**	25.279
Fornecedores	**117.736**	(397.600)
Remunerações e encargos a pagar	**(117.279)**	(223.291)
Impostos e contribuições a recolher	**(20.445)**	–
Adiantamento de clientes	**54.215**	31.651
Partes relacionadas	**(11.882)**	–
Outras contas e despesas a pagar	**–**	(1.419)
Outros passivos circulantes e não circulantes	**971**	232.493
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**245.621**	122.047
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	**(1.455.055)**	(2.002.165)
Aquisição de intangível	**(38)**	–
Alienação de ativos	**9.656**	17.392
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(1.445.437)**	(1.984.773)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	**1.059.382**	2.055.429
Pagamentos de Empréstimos e financiamentos	**–**	(7.500)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	**1.059.382**	2.047.929
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**(140.435)**	185.203
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	814.697	629.494
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	674.262	814.697
Demonstração de aumento no caixa e equivalentes de caixa	**(140.435)**	185.203
Transações que não afetaram o caixa		
Aquisição de imobilizado por meio de permuta de ativos com reflexo no capital social, conforme a nota 10.1 do imobilizado	**1.083.345**	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

A versão completa do Relatório Integrado 2019 da Companhia do Metrô encontra-se disponível em: **http://www.metro.sp.gov.br/metro/institucional/pdf/relatorio-integrado-2019.pdf**

continua

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia do Metropolitano de São Paulo ("Companhia" ou "Metrô"), é uma empresa pública com sede social em São Paulo - SP, que tem como acionista controlador o Governo do Estado de São Paulo - GESP, com 97,15% das ações ordinárias. A Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos - STM, órgão do GESP, é responsável pelo planejamento e execução da política de transporte urbano de passageiros da região metropolitana de São Paulo, a Companhia tem por objeto social, essencialmente:

- Operação comercial de prestação de serviço de transporte metroviário de passageiros;
- Planejamento de redes metroviárias e de transportes para a região metropolitana de São Paulo - RMSP;
- A construção e implementação de novos empreendimentos e sistemas metroferroviários;
- A exploração comercial de negócios adjacentes através dos espaços e ativos metroviários;
- Prestação de serviços e consultoria especializada em tecnologia.

O Metrô possui atualmente 4 (quatro) linhas comerciais em operação na cidade de São Paulo, sendo a Linha 1 - Azul (Jabaquara - Tucuruvi), Linha 2 - Verde (Vila Madalena - Vila Prudente), Linha 3 - Vermelha (Corinthians-Itaquera - Palmeiras-Barra Funda) e Linha 15 - Prata (Vila Prudente - Jardim Planalto). Estas linhas, conjuntamente, cobrem 69,7 quilômetros de extensão (não auditado) e transportaram a média de 3,7 milhões de passageiros (não auditado) nos dias úteis em 2019.

Linha 4 - Amarela: encontra-se em concessão à iniciativa privada (São Paulo-Morumbi - Luz) pelo prazo de 30 anos, com previsão de término em 21 de junho de 2040.

Linha 5 - Lilás: em 04 de agosto de 2018 passou a ser operada pelo Consórcio Via Mobilidade (Capão Redondo - Chácara Klabin). O contrato tem vigência de 20 anos, com término em 4 de agosto de 2038, contemplando sua gestão, manutenção e implantação de melhorias. Assim, o consórcio iniciou a operação dos serviços públicos de transporte de passageiros do trecho entre as estações Capão Redondo e Chácara Klabin, além do pátio de manutenção e estacionamento Guido Caloi. A Linha 5 - Lilás faz integração com a Linha 1 - Azul na Estação Santa Cruz e com a Linha 2 - Verde na estação Chácara Klabin. Fará integração com a futura Linha 17 - Ouro (sistema monotrilho) na estação Campo Belo, e é prevista uma demanda estimada de 800 mil novos passageiros por dia, em operação comercial regular.

Adicionalmente, estão em construção, a extensão da Linha 15 - Prata (trecho São Mateus - Jardim Colonial) e Linha 17 - Ouro (trecho Jardim Aeroporto - Congonhas - Morumbi (CPTM) e Pátio Água Espraiada), relativas ao sistema de transporte em monotrilhos, e a extensão da Linha 4 - Amarela (Vila Sônia e Pátio Vila Sônia).

Entre os principais eventos ocorridos em 2019 e 2018 destacamos:

i) Limite de capital autorizado

Em 23 de outubro de 2018 a Assembleia Geral Extraordinária - AGE aprovou a elevação do limite do Capital Autorizado de R$ 39.845.226 para o valor de R$ 52.674.522.

ii) Apoio as linhas concedidas

Durante o ano de 2019, o Governo do Estado de São Paulo - GESP aportou recursos financeiros, por meio da Lei nº 16.923 de 07/01/2019, bem como pelo Decreto nº 64.726 de 27/12/2019, no montante de R$ 204.741 como apoio às Parcerias Público - Privadas - PPP da Linha 4 - Amarela e da Linha 5 - Lilás, a fim de cobrir os montantes de perdas financeiras geradas devido ao impacto desta linha no sistema de arrecadação.

iii) Atos Societários - Reflexos em "Permuta de ativos".

Em 19 de dezembro de 2019, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária - AGE que deliberou sobre os atos societários que resultam de "permuta de ativos com a CPTM". Sendo aprovado: (a) a redução de Capital Social da Companhia, no montante equivalente aos bens do Trecho "Extensão Leste" (Trecho Artur Alvim - Guaianases do Expresso Leste) e respectivas estações da Linha 11 - Coral que serão transferidas ao acionista majoritário GESP; (b) aprovação do laudo de avaliação do "Trecho Capão Redondo - Largo Treze e respectivas estações" da Linha 5 - Lilás, e (c) aprovação do aumento de capital do Metrô, integralizado pelo acionista majoritário (GESP), mediante o aporte dos bens do "Trecho Capão Redondo - Largo Treze e respectivas estações".

Desta forma, a AGE deliberou sobre a redução de capital aprovada no item (a) que perfaz o montante de R$ 648.307, correspondente a 137.838 ações, na data de 30 de outubro de 2018, e o aumento de capital do Metrô referenciado no item (c) acima em bens, que perfaz o montante de R$ 1.083.345, mediante o resgate de 137.838 ações, resultante da deliberação de redução de capital aprovada no item (a), e a emissão de 92.494 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, destinadas para integralização do GESP.

Os reflexos contábeis dos eventos acima, resultam em adição no ativo imobilizado de R$ 435.038, os quais são refletidos nas notas explicativas nº 10.1 e nº 19.2.

A sede oficial da Companhia está localizada na Rua Boa Vista, nº 175, Bloco B, 7º andar, Centro, São Paulo, Brasil.

Denúncias envolvendo o Metrô - Cartel do setor Metroferroviário e Empreiteiras (Operação Lava Jato)

i) Cartel do setor Metroferroviário:

Em 2013, a Procuradoria Geral do Estado, o Metrô e a CPTM propuseram ação judicial contra seis empresas em busca de indenizações decorrentes da prática de cartel na aquisição de trens e sistemas, baseados no acordo de leniência feito pela empresa Siemens junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.

O acordo mencionava uma atuação das empresas do setor metroferroviário no mundo, para coordenadamente burlarem a competitividade de mercado, entre 1998 e 2009, e dentre os atingidos foram citados os contratos de aquisição de trens da CPTM para a Linha 5 - Lilás e um contrato do Metrô para fornecimento de sistema para a Linha 2 - Verde.

A referida ação está em fase inicial, aguardando as citações de todas as empresas demandadas para apresentação de respostas.

Em 10 de julho de 2019, foi proferida decisão pelo CADE condenando empresas pela formação de cartel e apresentados recursos em face da decisão proferida.

A Procuradoria do Estado, o Metrô e a CPTM analisam a repercussão da decisão do CADE, bem como eventuais providências a serem adotadas no processo judicial.

Diante do curso do processo, considerando que ainda não há decisão final sobre a questão, a Companhia não refletiu quaisquer eventuais perdas em seu patrimônio líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, sendo que há expectativa de êxito à Companhia para ressarcimento dos eventuais prejuízos decorrentes das condutas das empresas.

ii) Cartel de Empreiteiras - Operação Lava Jato:

Em 2017, o CADE instaurou processo administrativo para apurar a formação de cartel por empreiteiras que atuaram em licitações públicas, incluindo obras de metrô em sete Estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul) e no Distrito Federal. A apuração tramita perante a Superintendência geral da autarquia e se vale de informações obtidas por meio de acordo de leniência firmado junto àquele Conselho pela construtora Camargo Corrêa e pelo Ministério Público Federal - MPF, objeto de desdobramentos da 23ª fase da Operação Lava Jato.

O suposto esquema envolvia cinco empresas principais ("G-5"): Construções e Comércio Camargo Correa S.A.; Construtora Andrade Gutierrez S.A.; Construtora Norberto Odebrecht S.A.; Construtora OAS S.A.; Construtora Queiroz Galvão S.A. com autorização para operar o equipamento *"Shield"*, comumente conhecido como "Tatuzão", utilizado para projetos de construção de túneis metroviários, entre 1998 e 2014. Tais empresas teriam se organizado para se tornarem vencedoras de certames licitatórios, evitando descontos nas licitações e burlando a competitividade, com suposto envolvimento de agentes públicos. O relato dos signatários do Acordo de Leniência indica a concretização de acordos anticompetitivos para as obras das linhas 2 - Verde (Concorrência nº 40208212) e 5 - Lilás do Metrô (Concorrência nº 41428212).

Há uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público Estadual, em 2011, que foi julgada procedente em 1º grau e confirmada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Ainda são cabíveis recursos pelas empresas. A condenação imposta às contratadas, ainda não transitada em julgado, foi no percentual de 17% do valor de cada contrato.

A Companhia reafirma, por fim, que para ambos os casos está sendo oficialmente reconhecida nos processos como vítima. Diante do curso do processo, considerando que ainda não existem fatos concretos sobre a decisão final em questão, a Companhia não refletiu quaisquer eventuais perdas em seu patrimônio líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

iii) Impactos decorrentes de delação premiada - Operação Lava Jato

Durante o terceiro trimestre de 2019, a Companhia tomou conhecimento de que o ex-diretor Sérgio Correia Brasil, firmou acordo de delação premiada junto à Justiça Federal na operação Lava Jato para confirmação de recebimento de propina durante os períodos de licitação e construção das linhas 2 - Verde, 5 - Lilás e 6 - Laranja. Segundo o delator, os episódios envolvendo o pagamento de propina teriam ocorrido entre 2004 e 2014. Embora Sérgio Correia Brasil tenha negociado o pagamento de aproximadamente R$ 6,6 milhões a título de ressarcimento aos cofres públicos, devido ao fato do processo tramitar em segredo de justiça, a Companhia ainda não possui elementos materiais que possam ser utilizados como base para qualquer avaliação sobre os impactos decorrentes de eventuais perdas a serem refletidas nas Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Há uma ação de improbidade administrativa ajuizada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, contra Sergio Correa Brasil, Gilmar Alves Tavares e AVBS Consultoria e Representação - Eireli, processo nº 1037523-40.2018.8.26.0053, 9ª Vara da Fazenda Pública, que tem origem na colaboração feita pelos representantes da empresa Camargo Correa, perante o Ministério Público Estadual, acerca do conluio havido entre as empresas que participaram da licitação para as obras civis da Linha 5 - Lilás (Concorrência nº 41428212). O valor da ação é de R$ 336.916. (Houve determinação de bloqueio de bens dos réus da ação). A Companhia e o GESP não foram intimados para a referida ação.

A alta Administração reforça constantemente junto aos colaboradores, clientes e fornecedores seu compromisso de melhoria contínua nos seus programas de controles internos e *compliance* e vem tomando medidas internas para que haja o reforço de ações que tenham condições de mitigar atos de improbidade ou contrários às regras de governança estabelecidas pela Companhia.

iv) Sistema de bilhetagem do Bilhete Único - BU:

A Companhia, na condição de participante do Convênio do Sistema Bilhete Único - BU, gerido pela SPTrans, é parte integrante do Comitê Gestor de Integração - CGI.

O Comitê Gestor de Integração é formado por 4 (quatro) representantes da SPTrans, 1 (um) representante de cada partícipe que são: Metrô, CPTM, Vem ABC, ViaQuatro, Move São Paulo, ViaMobilidade, além de 2 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes - SMT e finalmente por 1 (um) representante da Secretaria de Transportes Metropolitanos - STM.

O CGI deliberou pela realização de auditoria financeira independente e na qualidade de partícipe do convênio, a Companhia do Metrô realizou a contratação em nome do CGI. É de competência e atribuição do CGI acompanhar e monitorar o andamento da auditoria financeira.

A Companhia do Metrô, de forma independente ao CGI notificou extra judicialmente a SPTrans sobre eventuais desvios de valores na arrecadação do sistema BU. A Companhia do Metrô avaliará a adoção de medidas judiciais após o resultado da auditoria contratada.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade, base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas e são apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em sua gestão.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 19 de março de 2020.

A Companhia afirma que todos os fatos relevantes próprios das demonstrações financeiras, e somente eles, os quais correspondem aos utilizados pela Administração da Companhia em sua gestão estão sendo evidenciados.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base no Real ("R$") como moeda funcional e de apresentação e estão expressas em milhares de Reais, bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Os itens divulgados em outras moedas estão devidamente identificados, quando aplicável.

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas de forma contínua.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa mensuradas pelo valor justo;
- Títulos e valores mobiliários mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/2008. As IFRS não requerem a apresentação desta, portanto, são consideradas como informação adicional.

2.2 Reclassificações e reapresentação de saldos comparativos

Alguns montantes relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 foram reclassificados para melhor comparabilidade com o exercício atual, e são destacados na coluna "Reclassificações" dos quadros a seguir.

Embora a totalidade dos ajustes tenha sido registrado no período comparativo de 31 de dezembro de 2018, a Companhia apurou que o montante líquido total de R$1.177 corresponde a efeitos de períodos anteriores a 01 de janeiro de 2018. Porém, com base no entendimento sobre a relevância de tais valores, a Administração avalia que o montante total não apresenta distorções relevantes nos saldos comparativos apresentados e, portanto, não refletiu tal montante destacado como ajuste de saldo de abertura em 01 de janeiro de 2018 em sua demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Os saldos de certas contas do ativo e passivo foram ajustados, com reflexo no resultado do período anteriormente apresentado no montante de R$ 152.894, e são apresentados na coluna "Ajuste de Saldo" do quadro abaixo.

Segue a reapresentação dos quadros da Demonstração Financeira de 2018, evidenciando os saldos anteriormente apresentados, os ajustes e reclassificações efetuadas.

a) Balanço Patrimonial

Ativo (Reapresentado)	Anteriormente apresentado 31/12/2018	Reclassificações	Ajuste de saldo	Saldos reapresentados 31/12/2018
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	814.697	–	–	814.697
Títulos e valores mobiliários [a]	–	8.151	–	8.151
Contas a receber [b]	196.323	–	8.083	204.406
Estoques	231.180	–	–	231.180
Tributos a recuperar	39.476	–	–	39.476
Despesas antecipadas [c]	2.939	(2.939)	–	–
Adiantamento a fornecedores [c]	32.145	(32.145)	–	–
Outros ativos [c]	–	35.084	–	35.084
	1.316.760	**8.151**	**8.083**	**1.332.994**
Não circulante				
Contas a receber	700	–	–	700
Depósitos judiciais [d]	506.414	–	(221.441)	284.973
Imposto de renda e contribuição social diferidos	35.235	–	–	35.235
Investimentos [a]	14.138	(8.151)	–	5.987
Imobilizado [e]	33.442.405	–	(356.795)	33.085.610
Intangível	72.298	–	–	72.298
	34.071.190	**(8.151)**	**(578.236)**	**33.484.803**
Total do ativo	**35.387.950**	**–**	**(570.153)**	**34.817.797**

[a] **Reclassificação:** o montante de R$ 8.151 apresentado como investimento no ativo não circulante foi reclassificado para a rubrica Títulos e valores mobiliários do ativo circulante.

[b] **Ajuste de Saldo:** o montante de R$ 8.083 refere-se a saldo a receber de créditos em poder do usuário e foi ajustado em contrapartida do passivo de Adiantamento de clientes.

[c] **Reclassificação:** os saldos de R$ 2.939 de despesas antecipadas e de R$ 32.145 de adiantamento a fornecedores passaram a compor o saldo de outros ativos, no ativo circulante.

[d] **Ajuste de Saldo:** o montante de R$ (221.441) refere-se a ajuste de saldo referente à conciliação de depósito judicial no montante de R$ (54.469), reconhecidos no resultado em Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas e o montante de R$ (166.972) refere-se à utilização de depósito judicial referente à obrigação apresentada em remuneração e encargos a pagar.

[e] **Ajuste de Saldo:** o montante de R$ (356.795) ajustado no saldo do ativo imobilizado, se refere a: (i) depreciações retroativas no montante de R$ (190.297), reconhecido na DRE e reapresentada em custos dos serviços prestados, baixa do processo de conciliação e revisão de saldo no montante de R$ (166.498), reconhecido em despesas administrativas na DRE reapresentada.

Passivo (Reapresentado)	Anteriormente apresentado 31/12/2018	Reclassificações	Ajuste de saldo	Saldos reapresentados 31/12/2018
Circulante				
Fornecedores [a]	545.567	(8.666)	(124.660)	412.241
Impostos e contribuições a recolher [b]	63.323	4.853	2.078	70.254
Remunerações e encargos a pagar [c]	574.786	45.714	(198.872)	421.628
Provisão para Plano de Demissão Voluntária - PDV [c]	41.901	(41.901)	–	–
Adiantamento de clientes [d]	460.571	–	(95.805)	364.766
Partes relacionadas [e]	–	34.671	–	34.671
Outras contas e despesas a pagar [e]	36.727	(34.671)	–	2.056
	1.722.875	**–**	**(417.259)**	**1.305.616**
Não circulante				
Impostos e contribuições a recolher [f]	20.649	(3.133)	–	17.516
Remunerações e encargos a pagar [g]	–	62.807	–	62.807
Adiantamento de clientes	112.183	–	–	112.183
Plano de previdência suplementar	216.413	–	–	216.413
Provisão para processos judiciais	727.112	–	–	727.112
Partes relacionadas [h]	–	234.411	–	234.411
Provisão para Plano de Demissão Voluntária - PDV [g]	62.807	(62.807)	–	–
Outras contas e despesas a pagar [h]	234.411	(231.278)	–	3.133
	1.373.575	**–**	**–**	**1.373.575**
Patrimônio líquido				
Capital social	38.516.495	–	–	38.516.495
Ações em tesouraria	(16)	–	–	(16)
Ajustes de avaliação patrimonial	(68.397)	–	–	(68.397)
Prejuízos acumulados	(6.156.582)	–	(152.894)	(6.309.476)
	32.291.500	**–**	**(152.894)**	**32.138.606**
Total do passivo e patrimônio líquido	**35.387.950**	**–**	**(570.152)**	**34.817.797**

[a] **Reclassificação:** o montante de R$ 4.853 e o montante de R$ 3.813 apresentado como Fornecedores foram reclassificados respectivamente para impostos e contribuições a recolher e remunerações e encargos a pagar, ambos no passivo circulante.

Ajuste de Saldo: o montante de R$ (124.660) refere-se a ajuste de conciliação de saldos de Fornecedores, e foi reconhecido em outras despesas (receitas), líquidas.

[b] **Reclassificação**: o montante de R$ 4.843 foi reclassificado de fornecedores.

Ajuste de Saldo: o montante de R$ 2.078 refere-se ao reconhecimento de CPRB no período referente ajuste do saldo da Receita tarifária.

[c] **Reclassificação:** o montante de R$ 41.901 apresentado como Provisão para Plano de Demissão Voluntária - PDV foi reclassificado para a rubrica Remunerações e encargos a pagar, no passivo circulante, e o montante de R$ 3.813 reclassificados de fornecedor.

Ajuste de Saldo: o montante de R$ (198.872) refere-se ao ajuste líquido realizado na rubrica de remuneração e encargos, o montante de R$ (16.158) foi reconhecido no resultado em Receita (despesas) operacionais, o montante de R$ (15.742) refere-se a crédito tributário utilizado no parcelamento SAT, e o montante de R$ (166.972) refere-se à utilização de depósito judicial.

[d] **Ajuste de Saldo:** o montante de R$ (95.805), refere-se ao reconhecimento da receita tarifária no período de acordo com o transporte de passageiros realizado no período no montante de R$ (103.888), e R$ 8.083 referente ajuste do crédito em poder do usuário.

[e] **Reclassificação:** o saldo de R$ 34.671 apresentado como Outras contas e despesas a pagar foi reclassificado para a rubrica Partes relacionadas, no passivo circulante.

[f] **Reclassificação:** o montante de R$ 3.133 apresentado como "Impostos e contribuições a recolher" no não circulante foi reclassificado para "Outras contas e despesas a pagar" no mesmo grupo.

[g] **Reclassificação:** o saldo de R$ 62.807 apresentado como Provisão para Plano de Demissão Voluntária - PDV no não circulante foi reclassificado para a rubrica Remunerações e encargos a pagar no mesmo grupo.

[h] **Reclassificação:** o saldo de R$ 234.411 apresentado como Outras contas e despesas a pagar no não circulante foi reclassificado para a rubrica Partes relacionadas no mesmo grupo.

b) Demonstração do Resultado

DRE (Reapresentada)	Anteriormente apresentado 31/12/2018	Ajuste de saldo	Saldos reapresentados 31/12/2018
Receita operacional líquida	2.618.591	101.810	2.720.401
Custo dos serviços prestados	(2.218.845)	(190.297)	(2.409.142)
Lucro bruto	**399.746**	**(88.487)**	**311.259**
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas	(16.350)	–	(16.350)
Despesas gerais e administrativas	(852.457)	29.412	(823.045)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(62.096)	(109.562)	(171.658)
	(930.903)	**(80.149)**	**(1.011.052)**
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	**(531.157)**	**(168.636)**	**(699.793)**
Resultado financeiro, líquido			
Receitas financeiras	42.921	–	42.921
Despesas financeiras	(29.350)	–	(29.350)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	2.583	–	2.583
	16.154	**–**	**16.154**
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**(515.003)**	**(168.636)**	**(683.639)**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	(4.182)	–	**(4.182)**
Diferidos	–	15.743	15.743
Prejuízo líquido do exercício	**(519.184)**	**(152.894)**	**(672.078)**

c) Demonstração do Resultado Abrangente

	Anteriormente apresentado 31/12/2018	Ajuste de saldo	Saldos reapresentados 31/12/2018
Prejuízo do exercício	(519.184)	(152.894)	(672.078)
Valor justo sobre títulos e valores mobiliários	(3.236)	–	(3.236)
Ganho atuarial	63.175	–	63.175
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(20.379)	–	(20.379)
Total do resultado abrangente	**(479.624)**	**(152.894)**	**(632.518)**

d) Demonstração do Fluxo de Caixa

DFC (Reapresentada)	Anteriormente apresentado 31/12/2018	Ajuste de saldo	Saldos reapresentados 31/12/2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício	(519.184)	(152.894)	(672.078)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização	386.285	190.297	576.582
Resultado na venda de investimentos	(128)	–	(128)
Baixa de ativos imobilizados e intangíveis	154.909	207.070	361.979
Juros sobre passivo atuarial	21.977	–	21.977
Provisão/(reversão) para contencioso judicial e administrativo, líquida	81.199	–	81.199
Provisão/(reversão) para perda de crédito esperada	(14.002)	(40.572)	(54.574)
Provisão/(reversão) para Programa de Demissão Voluntária, líquida	(21.874)	–	(21.874)
Outros impostos e contribuições	813.690	2.078	815.767
Variações monetárias, líquidas	–	–	–
Pagamento de outros impostos e contribuições	(855.315)	–	(855.315)
Liquidação de ações judiciais	(126.735)	–	(126.735)
Resultado líquido ajustado	**(79.179)**	**205.979**	**126.801**
Variação nos ativos e passivos operacionais			
Contas a receber de clientes	108.351	32.489	140.840
Estoques	(3.938)	–	(3.938)
Tributos a recuperar	14.007	–	14.007
Depósitos judiciais	(46.084)	221.441	175.357
Despesas antecipadas	1.867	–	1.867
Outros ativos circulantes e não circulantes	25.279	–	25.279
Fornecedores	(272.940)	(124.660)	(397.600)
Remunerações e encargos a pagar	(24.418)	(198.873)	(223.291)
Impostos e contribuições a recolher	–	–	–
Adiantamento de clientes	127.456	(95.805)	31.651
Partes relacionadas	–	–	–
Outras contas e despesas a pagar	(1.419)	–	(1.419)
Outros passivos circulantes e não circulantes	232.493	–	232.493
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**81.476**	**40.571**	**122.047**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo	(1.961.594)	(40.571)	(2.002.165)
Aquisição de intangível	–	–	–

continua

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

DFC (Reapresentada)	Anteriormente apresentado 31/12/2018	Ajuste de saldo	Saldos reapresentados 31/12/2018
Alienação de ativos	17.392	–	17.392
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1.944.202)	(40.571)	(1.984.773)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Integralização de capital	2.055.429	–	2.055.429
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(7.500)	–	(7.500)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	2.047.929	–	2.047.929
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**185.203**	**–**	**185.203**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	629.494	–	629.494
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	814.697	–	814.697
Demonstração de aumento no caixa e equivalentes de caixa	**185.203**	**–**	**185.203**

e) Demonstração do Valor Adicionado

DVA (Reapresentada)	Anteriormente apresentado 31/12/2018	Ajuste de saldo	Saldos reapresentados 31/12/2018
Receitas			
Receita de prestação de serviços e outras	2.748.301	103.888	2.852.189
Outras (despesas) receitas, líquidas	(36.866)	–	(36.866)
Provisão/(reversão) de perda de crédito esperada, líquida	14.002	40.572	54.574
	2.725.437	**144.460**	**2.869.897**
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos dos serviços prestados	(413.810)	(122.084)	(535.894)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(362.770)	12.522	(350.248)
Perdas com ativos	(53.561)	–	(53.561)
	(830.141)	**(109.562)**	**(939.702)**
Valor adicionado bruto	1.895.296	34.898	1.930.194
Depreciação e amortização	(386.285)	(190.297)	(576.581)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	1.509.012	(155.399)	1.353.613
Valor adicionado recebido em transferência			
Juros, lucros e dividendos sobre ações	528	–	528
Receitas financeiras	47.642	–	47.642
	48.170	**–**	**48.170**
Valor adicionado total a distribuir	**1.557.182**	**(155.399)**	**1.401.783**
Empregados			
Remuneração e encargos sociais	1.700.839	–	1.700.839
Honorário da diretoria e conselhos	3.848	–	3.848
Programa de participação nos resultados	66.578	–	66.578
Plano de pensão	68.564	–	68.564
	1.839.829	**–**	**1.839.829**
Impostos, taxas e contribuições			
Federais	184.750	(2.506)	182.244
Estaduais	75	–	75
Municipais	16.328	–	16.328
	201.153	**(2.506)**	**198.647**
Remuneração de capitais de terceiros			
Despesas financeiras	7.402	–	7.402
Aluguéis	27.982	–	27.982
	35.384	**–**	**35.384**
Remuneração de capitais próprios			
Prejuízo do exercício	(519.184)	(152.894)	(672.078)
	(519.184)	(152.894)	(672.078)
Valor adicionado total distribuído	**1.557.182**	**(155.399)**	**1.401.783**

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas pelo Metrô na elaboração destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir, as quais foram aplicadas de forma consistente a todos os exercícios apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia classifica neste grupo os saldos mantidos em caixa, bancos e aplicações financeiras com vencimento original inferior ou igual a 90 dias a partir da data da contratação, sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor. As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, são mensuradas a valor justo por meio do resultado.

3.2 Instrumentos financeiros

a) Contexto geral

Os instrumentos financeiros inicialmente são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria "ao valor justo por meio do resultado", onde tais custos são diretamente lançados na rubrica de resultados financeiros. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos e passivos financeiros poderão ser compensados e o valor líquido residual, se houver, reportado no balanço patrimonial na posição final de direito ou obrigação.

b) Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: i) ao valor justo por meio do resultado; ii) custo amortizado e iii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende do modelo de negócio para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Além disso, a Companhia registra provisão para perdas de seus ativos financeiros, mantendo assim a posição financeira líquida:

i) Valor justo por meio do resultado é composto por ativos financeiros e aplicações financeiras. Quaisquer alterações são reconhecidas na demonstração do resultado em "receitas financeiras" ou "despesas financeiras", dependendo do resultado;

ii) Custo amortizado é composto pelos ativos financeiros mantidos no modelo de negócio para: (a) receber o fluxo de caixa contratual e não para a venda com realização de lucros e perdas; e (b) cujos termos contratuais originam, em datas específicas, somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto ("SPPJ").

iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes é composto por ações negociadas em Bolsa de Valores (B3).

3.3 Contas a receber

O contas a receber de clientes é registrado líquido de perdas de crédito esperadas no momento de geração da receita com base na utilização dos serviços de transporte de passageiros ou no momento do reconhecimento da venda de ativos, locações de espaços, participação em empreendimentos imobiliários, ressarcimento de valores ou advindos de outras operações comerciais de prestação de serviços adjacentes à operação de transporte.

A Companhia constitui perdas de crédito esperadas sobre os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração de forma a fazer frente a eventuais perdas.

A Companhia revisou a sua metodologia de redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 48, correlato ao IFRS 9, vigente para o período iniciado em 1º de janeiro de 2018.

Com a adoção do CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", a perdas de crédito esperadas referente a recebíveis comerciais passou a ser mensurada através da aplicação da abordagem simplificada, por meio da utilização de dados históricos, projetando-se a perda esperada ao longo da vida do contrato e não mais com base na perda histórica incorrida, considerando a segmentação da carteira de recebíveis em grupos que possuem o mesmo padrão de recebimento e conforme os respectivos prazos de vencimento. Adicionalmente, para determinados casos, a Companhia efetua análises individuais para a avaliação dos riscos de recebimento.

3.4 Estoques

Os saldos de estoques compreendem principalmente materiais para manutenção e reposição de peças. Os estoques são mensurados pelo custo médio de aquisição e estão classificados no ativo circulante.

Os saldos dos estoques são apresentados líquidos de provisões para perda por obsolescência, constituídas para cobrir eventuais perdas prováveis identificadas ou estimadas pela Administração.

A Companhia avalia constantemente se um estoque está obsoleto, e considera nesta avaliação entre outros fatores, a introdução de novas tecnologias, materiais e funcionalidades que podem resultar na obsolescência de matérias.

3.5 Investimentos

Os investimentos correspondem aos terrenos para investimento e obras de arte. Os terrenos para investimento foram adquiridos inicialmente para as obras de expansão da rede metroviária. Após a conclusão das obras, parte dos terrenos permaneceram sem utilização específica nas operações da Companhia e para aproveitar eventuais oportunidades de negócios. As obras de arte referem-se as obras doadas para o Metrô pelos artistas e se encontram expostas nas estações.

Os investimentos são contabilizados pelo método de custo, incluindo os custos de transação incorridos no reconhecimento inicial do ativo.

3.6 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e das perdas prováveis para redução ao valor recuperável ("*impairment*") acumuladas, quando incorridas. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e seu custo possa ser mensurado com segurança. O valor contábil residual de ativos substituídos é baixado.

Os gastos com reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos, uma vez que não possuem características que permitem sua capitalização.

Os bens do ativo imobilizado, com exceção de terrenos, são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada para cada grupo de ativos, incluindo os ativos concedidos à iniciativa privada das linhas 4 - Amarela e 5 - Lilás.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia realizou a revisão da vida útil desses ativos com base no uso e na estimativa de uso dos ativos e não identificou necessidade de alteração da vida útil econômica utilizada.

Os ganhos e perdas oriundos de alienações são determinados pela diferença entre o valor da venda e o saldo residual contábil e, quando incorridos, são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, na demonstração de resultados.

3.7 Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis de vida útil definida, geralmente *softwares*, são apresentados pelo custo de aquisição, menos amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

A amortização do ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final do contrato ou a vida útil econômica do ativo, dos dois o menor.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas, quando incorridos, na demonstração de resultados.

3.8 Avaliação do valor de recuperação dos ativos imobilizados e intangível - *impairment*

Os bens do ativo imobilizado e intangível, os quais com vida útil definida, são revisados anualmente com a finalidade de identificar evidências de não recuperação do seu valor contábil, ou ainda, sempre que alterações materiais no ciclo normal dos negócios indicarem probabilidade de perdas.

Essa avaliação é efetuada ao menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa operacionais à Companhia de forma independente, ou seja, sem a intervenção de outros ativos para esta finalidade (Unidade Geradora de Caixa - UGC).

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de vendas de um ativo e seu valor em uso.

A Companhia não identificou perda no valor recuperável de sua UGC, representada pelo principal ativo da Companhia, a malha metroferroviária.

A avaliação anual do teste do valor recuperável do imobilizado é demonstrada na Nota Nº 10, eventuais perdas do valor recuperável são reconhecidas na conta de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, no resultado do exercício.

3.9 Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, representado pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.10 Provisão para contencioso judicial e administrativo e passivos contingentes

Constitui-se uma provisão em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação o registro tem como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.11 Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) - corrente e diferido

O Imposto de renda e a contribuição social do exercício são apurados em bases corrente e diferida. Estes tributos são calculados com base nas leis tributárias, vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras no Brasil, onde a Companhia atua, e reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se referem a itens registrados no patrimônio líquido.

i) Imposto de renda e contribuição social corrente

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado corrente, a Companhia adotou e aplicou as disposições contidas na Lei nº 12.973/14 a partir do exercício de 2015. A referida lei revogou o Regime Tributário de Transição (RTT).

O Imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

ii) Imposto de renda e contribuição social diferido

O Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data das demonstrações financeiras, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não reconheceu o Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre prejuízos fiscais ou diferenças temporárias sobre o resultado, uma vez que não estima projeção de lucros tributáveis futuros.

3.12 Remuneração e encargos sociais

Os salários mensais, provisões para férias, provisão de 13º salário e os demais pagamentos e benefícios complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais devidos, são apropriados pelo regime de competência.

3.13 Benefícios a empregados

i) Programa de participação nos resultados - PPR

A Companhia possui programa de participação nos resultados baseado em metas a serem atingidas corporativamente, nos quais os valores são estimados com base nos montantes previstos no programa para cada faixa profissional. Os valores são provisionados no resultado do exercício de acordo com o montante previsto para liquidação da obrigação pela Companhia.

A Companhia não possui benefícios de longo prazo concedidos aos seus administradores ou colaboradores.

ii) Plano de Demissão Voluntária - PDV

A Companhia possui Plano de Demissão Voluntária - PDV ativo, durante o ano de 2019 ocorreu a 5ª fase do plano com inscrições encerradas em março de 2019. A estrutura do plano prevê benefício adicional de assistência médico-hospitalar por um período determinado de até 4 anos, dependendo do tempo de trabalho do empregado na Companhia, e um adicional de aviso prévio indenizado de 5 dias por ano trabalhado.

Os montantes previstos para fazer frente aos serviços de assistência médico-hospitalar deste programa são provisionados no momento do desligamento dos colaboradores que aderiram ao plano, visto que neste momento é atendido os requisitos legais que resulta na obrigação não cancelável da Companhia para atendimento da obrigação.

iii) Previdência suplementar (Plano de Previdência Privada)

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria definidos são provisionados com base em cálculo atuarial ao final de cada exercício, efetuado por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável.

A Companhia reconhece no passivo atuarial o valor correspondente ao cumprimento de sua obrigação com o plano, na extensão de sua obrigação contributiva, que representa 50% do total do passivo do plano a ser equacionado na data-base finda em 31 de dezembro de 2019.

- Plano I - Benefício definido

A Companhia faz contribuição, em bases contratuais, ao plano de benefício previdenciário por ela patrocinado, na modalidade benefício definido, administrado pelo Metrus - Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência suplementar. As contribuições regulares compreendem os dispêndios líquidos do custeio administrativo e são registradas no resultado do período em que são devidas.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cálculo da obrigação final. Mudanças na obrigação de benefício definido líquido são reconhecidas quando incorridas da seguinte maneira: i) custo do serviço e juros líquidos, no resultado do exercício, em despesas operacionais e despesas financeiras, respectivamente e ii) mensurações referentes a ganhos ou perdas atuariais, em outros resultados abrangentes, diretamente no patrimônio líquido.

Este plano está fechado para novas adesões na Companhia.

- Plano II - Contribuição definida

A Companhia também contribui para planos de contribuição definida, por ela patrocinado, administrados pelo Metrus - Instituto de Seguridade Social, cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

3.14 Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo órgão governamental concedente e de que serão auferidas. São registradas como receita ou redução de despesa no resultado do período de fruição do benefício. A Companhia destina para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido, o montante de subvenção e assistência governamental reconhecidos quando é apurado lucro contábil no respectivo exercício.

3.15 Receita de contratos com clientes

A receita operacional da Companhia compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal dos negócios, reconhecida na demonstração de resultados pela efetiva prestação dos serviços de transporte de passageiros e outros serviços adjacentes.

A receita é reconhecida quando uma obrigação de desempenho é satisfeita pela transferência de um bem ou serviço prometido para um cliente, que ocorre quando o cliente obtém o controle desse bem ou serviço, e é provável que benefícios econômicos fluam para a entidade.

A apresentação da receita é efetuada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

i) Receita tarifária

A Companhia presta serviços de transporte metroviário, sendo as respectivas receitas reconhecidas no momento da utilização do serviço pelo passageiro, ou seja, em momento específico;

ii) Receita não tarifária

A Companhia presta serviços adjacentes ao transporte metroviário, tais como, locação de espaços, ações de publicidade e desenvolvimento de empreendimentos imobiliários junto aos espaços metroviários, além da prestação de outros serviços especializados e consultorias. As receitas estão baseadas em contratos assinados e são reconhecidas a medida em que são satisfeitas as obrigações de desempenho que podem ser em momento específico ou ao longo do tempo.

iii) Receita com gratuidades

A Companhia presta serviços de transporte metroviário de forma gratuita atendendo a dispositivos da política pública de transporte de passageiros implementada na Região Metropolitana de São Paulo, os quais são reconhecidos pela utilização, os valores apurados são ressarcidos pelo GESP.

3.16 Transações com partes relacionadas

A Companhia possui uma política de Transações com Partes Relacionadas revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração, a política orienta quanto a realização de Transações com Partes Relacionadas e em situações em que haja potencial conflito de interesses nestas operações, de forma a assegurar os interesses da Companhia.

Para realização de operações e negócios com partes relacionadas é determinado que se observe os preços e condições usuais de mercado para estas transações, bem como as práticas de governança e políticas corporativas adotadas pela Companhia e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação vigente.

As principais partes relacionadas da Companhia são os acionistas, o Conselho de Administração, a Diretoria e os Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração.

3.17 Estimativas e julgamentos contábeis relevantes

As informações sobre julgamentos e premissas utilizadas na aplicação das políticas e práticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e que possuem risco significativo de gerar ajustes materiais estão apresentadas a seguir:

i) Mensuração do valor justo

A Companhia seleciona métodos e utiliza julgamentos nas premissas que aplica na determinação do valor justo. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis no Mercado, quando disponível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação.

Alterações significativas nas premissas utilizadas podem afetar a posição patrimonial da Companhia.

ii) Vida útil e valor recuperável de ativos imobilizados e intangíveis

A vida útil dos ativos imobilizados relevantes foi definida pela Companhia considerando o prazo de geração de benefícios econômicos dos ativos, com base na experiência e laudos internos dos empreendimentos de construção metroviário - estações e túneis, no nível de operação das linhas e frota de trens e na qualidade da manutenção preventiva e corretiva. A vida útil dos ativos intangíveis de vida útil definida é embasada na avaliação da Companhia quanto a geração dos benefícios econômicos futuros, na experiência e nas determinações contratuais.

iii) Passivos contingentes

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias decorrentes do curso normal de seus negócios, cujas estimativas para determinar os montantes das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Companhia, com base em pareceres de seus assessores jurídicos.

iv) Passivo atuarial

A Companhia tem compromissos atuariais de benefícios pós-emprego referentes a planos de aposentadoria e pensão. Tais compromissos e custos têm dependência de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as quais as mais relevantes são: taxas de desconto, inflação de longo prazo, variação de custos de serviços, e variabilidade na tabela atuarial aplicada, as quais implicam certo grau de julgamento para com as premissas adotadas. Essas e outras estimativas são revisadas anualmente por peritos independentes e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas.

3.18 Novas normas e interpretações em vigor a partir de 1° de janeiro de 2019

CPC 06 (R2) - "Arrendamentos", equivalente ao IFRS 16

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo no balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de "baixo valor", por exemplo, computadores pessoais e arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

A norma entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019, dentre as formas de adoção previstas na norma a Companhia optou pela adoção do método simplificado.

A Companhia avaliou os impactos decorrentes da adoção desta norma considerando as premissas acima descritas, e não foram identificados contratos que atentam a tais requerimentos.

ICPC 22 - "Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro", equivalente ao IFRIC 23

Em junho de 2017, o IASB emitiu o IFRIC 23 que trata da aplicação dos requerimentos do IAS 12 "Impostos sobre rendimento" quando houver incerteza quanto à aceitação do tratamento pela autoridade fiscal. A interpretação esclarece que caso não seja provável a aceitação, os valores de ativos e passivos fiscais devem ser ajustados para refletir a melhor resolução da incerteza. O IFRIC 23 está em vigor desde 1º de janeiro de 2019, com base na avaliação efetuada a Administração concluiu que não há impactos ou necessidades de divulgações adicionais nesta Demonstração Financeira.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2019	31/12/2018 Reapresentado
Caixa e bancos - custeio	**13.405**	12.503
Caixa e bancos - investimento	**662**	12.083
Total de caixa e bancos	**14.067**	24.586
Aplicações financeiras - liquidez imediata		
Aplicações - custeio	**154.498**	141.191
Aplicações - investimento	**505.697**	648.920
Total de aplicações financeiras - liquidez imediata	**660.195**	790.111
Total de custeio	**167.903**	153.694
Total de investimento	**506.359**	661.003
Total de caixa e equivalentes de caixa	**674.262**	814.697

De acordo com o Decreto Estadual n° 60.244/14, as aplicações financeiras da Companhia são administradas pela corretora de valores do SIAFEM ligada à Secretaria da Fazenda - SEFAZ. O perfil de aplicação está voltado a títulos de baixo risco e correspondem a aplicações indexadas pelo Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Parte menor é alocada em fundos de investimento de curto prazo administrados pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal. A totalidade dos valores

continua

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

classificados como caixa e equivalentes de caixa é denominada em moeda nacional.
Em 31 de dezembro de 2019 a remuneração média é de 98,54% do CDI. (88,59% em 31 de dezembro de 2018).

5. CONTAS A RECEBER

5.1 Contas a receber, líquidos

	31/12/2019	31/12/2018 Reapresentado
Terceiros	**307.034**	261.222
Comissionados [a]	**6.714**	3.405
Partes relacionadas		
Governo do Estado de São Paulo [b]	**255.197**	185.869
	568.945	450.496
Perda de crédito esperada	**(274.140)**	(245.390)
Total do contas a receber, líquido	**294.805**	205.106
Total - circulante	**294.003**	204.406
Total - não circulante	**802**	700

[a] Representa o montante a receber pela Companhia pela cessão de profissionais pertencentes ao seu quadro às outras empresas ligadas à administração do GESP ou a entidades públicas.

[b] GESP e Metrô celebraram entre si, em 30 de outubro de 2015, Termo de Acordo visando à recomposição da receita tarifária, decorrente da diferença entre a remuneração contratual paga às concessionárias privadas responsáveis pela operação das linhas 4 e 5, e a venda de direito de viagem do sistema metroferroviário (tarifa pública). A GESP, através da Lei de Diretrizes Orçamentárias, também se obriga a ressarcir a Companhia pelas gratuidades legalmente concedidas aos passageiros.

5.2 Contas a receber vencidos e a vencer

	31/12/2019	31/12/2018 Reapresentado
Circulante e não circulante		
A vencer	**279.290**	209.737
Vencidos até 30 dias	**9.076**	3.832
Vencidos de 31 até 60 dias	**11.766**	688
Vencidos de 61 até 90 dias	**2.186**	358
Vencidos de 91 até 180 dias	**14.245**	1.072
Vencidos de 181 até 360 dias	**21.759**	5.793
Vencidos superiores a 360 dias	**230.623**	229.016
	568.945	450.496
Perda de crédito esperada	**(274.140)**	(245.390)
Total	**294.805**	205.106
Total - circulante	**294.003**	204.406
Total - não circulante	**802**	700

As perdas de créditos esperadas referente a recebíveis comerciais reflete a perda esperada para as operações de crédito. A Companhia mensura a provisão de perda através da aplicação da abordagem simplificada, por meio da utilização de dados históricos, projetando-se a perda esperada ao longo da vida do contrato, considerando a segmentação da carteira de recebíveis em grupos que possuem o mesmo padrão de recebimento e conforme os respectivos prazos de vencimento. Adicionalmente, para determinados casos, a Companhia efetua análises individuais para a avaliação dos riscos de recebimento.

5.3 Movimentação da perda de crédito esperada

	31/12/2019	31/12/2018 Reapresentado
Saldos iniciais	**(245.390)**	(299.964)
Créditos provisionados no período	**(60.033)**	(1.040)
Créditos recuperados no período	**16.504**	13.635
Créditos baixados definitivamente da posição	**14.779**	41.979
Total	**(274.140)**	(245.390)

6. ESTOQUES

	31/12/2019	31/12/2018 Reapresentado
Materiais de uso comum e administrativo	**7.253**	7.492
Materiais de reposição	**159.253**	161.910
Materiais de consumo geral e manutenção	**34.602**	36.636
Materiais em poder de terceiros [a]	**23.747**	23.878
Outros	**895**	1.264
(–) Provisão de perda por obsolescência de materiais	**(474)**	–
Total	**225.276**	231.180

[a] Tratam-se de materiais enviados para terceiros a título de reparos, beneficiamento, testes, empréstimos, etc. Deste total, em 04 de agosto de 2018, o Metrô repassou materiais de estoque no montante de R$ 23.747, os quais encontram-se em poder da ViaMobilidade, para a operacionalização da Linha 5 - Lilás.

Não foram disponibilizados itens dos estoques para penhor ou garantia a passivos para os períodos apresentados.

7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2019	31/12/2018 Reapresentado
Trabalhistas	**74.587**	63.152
Cíveis	**47.146**	62.510
Tributários e previdenciários	**81.670**	156.918
Outros depósitos	**1.344**	2.393
Total	**204.747**	284.973

Os valores são compostos por depósitos judiciais, depósitos recursais e bloqueios, relativos a ações trabalhistas, cíveis e tributárias, realizados para garantir a execução de tais ações.

8. INVESTIMENTOS

	31/12/2019	31/12/2018 Reapresentado
Terrenos para investimentos - saldo inicial	**873**	–
Adições	**13.942**	873
Baixas	**(55)**	–
Total	**14.760**	873
Obras de arte	**5.114**	5.114
Total	**19.874**	5.987

9. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Os critérios para todas as remunerações atribuídas pela companhia a seus dirigentes são estabelecidos de acordo com plano de cargos e salários, de benefícios e por legislação específica.
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os totais de remuneração (salários e honorários, gratificações, adicionais, férias e 13º salário), participação nos resultados, encargos sociais, benefícios (assistência médica, vale-refeição, vale-alimentação e seguro de vida) e previdência suplementar dos administradores são apresentados a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018 Reapresentado
Administradores		
Remuneração	**4.060**	3.932
Participação nos resultados - PPR	**46**	177
Encargos sociais	**577**	547
Benefícios	**238**	413
Previdência suplementar	**67**	143
Total no período	**4.988**	5.212
Número de Membros (ao fim do período)		
Conselho de Administração	**11**	7
Conselho Fiscal - efetivos	**5**	4
Comitê de Auditoria Estatutária	**3**	3
Diretoria Executiva	**6**	6

O maior honorário atribuído a dirigente em 31 de dezembro de 2019, em consonância a Lei n° 8.852/94, corresponde a R$ 21.939,31 para diretor estatutário (parecer do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC n° 001/2019) e a R$ 30.792,52 para diretor não estatutário.

10. IMOBILIZADO

10.1 Composição

	Taxa anual ponderada de depreciação	31/12/2018 Reapresentado	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2019
Custo						
Obras civis [a]		15.129.970	215.396	(573.963)	4.041.610	18.813.013
Sistemas [b]		7.116.240	40.213	(375.134)	3.315.863	10.097.182
Terrenos		2.663.377	58.792	(96.136)	(936)	2.625.097
Obras em Andamento		12.298.045	1.930.104	(161.950)	(6.896.718)	7.169.481
Adiantamentos		599.346	293.898	6.387	(459.819)	439.812
Total		**37.806.978**	**2.538.403**	**(1.200.796)**	**–**	**39.144.585**
Depreciação						
Obras civis [a]	1,25%	(2.457.245)	(272.180)	118.598		(2.610.827)
Sistemas [b]	2,90%	(2.264.122)	(287.288)	320.599		(2.230.811)
Total		**(4.721.367)**	**(559.468)**	**439.197**	**–**	**(4.841.638)**
Total imobilizado		**33.085.610**	**1.978.935**	**(761.599)**	**–**	**34.302.947**

[a] Inclui edifícios, estações, túneis, elevados, terminais, instalações, equipamentos e outras estruturas.
[b] Inclui material rodante (trens) e sistemas de vias auxiliares.

I) Avaliação anual de valor não recuperável de ativo (*impairment*)

a) Teste de *impairment* da unidade geradora de caixa ("UGC")
Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia realizou análise do valor recuperável de sua UGC formada pela malha metroferroviária, que inclui os seguintes ativos: obras civis, sistemas e terrenos.
No processo de avaliação anual sobre a recuperabilidade de seus ativos, a Companhia identificou restrições para a determinação do valor em uso da UCG no teste de *impairment*. Isso porque os fluxos de caixa elaborados pela Companhia não são preparados no modelo requerido pelo CPC 01, uma vez que a Companhia elabora suas projeções financeiras com base em requerimentos estabelecidos por Decretos Estaduais emitidos pelo seu acionista (GESP), que visam a ampliação e expansão da oferta de transporte público. Os seguintes elementos poderiam resultar em distorção na mensuração do valor em uso da referida UGC:

i. Controle tarifário: as tarifas praticadas pela Companhia são determinadas com base em políticas públicas definidas pelo seu acionista (GESP)
ii. Taxas de desconto: os recursos necessários para a construção de ativos pertencentes à UCG são integralmente advindos de aportes realizados pelo seu acionista. Com isso, a Companhia apresenta restrições para determinação do seu custo de capital. Como alternativa, o CPC 01 também orienta para que sejam utilizadas taxas implícitas em transações correntes para ativos de mercado semelhantes, porém, a especificidade dos ativos da Companhia pode fazer com que eventuais definições possam distorcer de forma significativa os resultados alcançados;
iii. Finalidade para a utilização dos ativos: a Companhia não possui como finalidade principal a exploração comercial de seus ativos, mas sim o fornecimento de serviços públicos à população. Dessa forma, o interesse da Companhia está voltado à oferta de transporte público em massa em benefício da população, logo, os benefícios econômicos gerados pela utilização dos ativos transcendem a geração de taxas de retornos.

Face às dificuldades identificadas acima, a Companhia mensurou o valor recuperável de seus ativos com base nas orientações do CPC 01, que determinam que o valor recuperável deve ser o maior valor entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. Dessa forma, os resultados alcançados na determinação do valor justo líquido das despesas de venda são apresentados abaixo:

	31/12/2019
Ativos Imobilizados	26.693.654
Ativos Intangíveis	52.945
Total dos ativos componentes da UGC	**26.746.599**
Valor justo, líquido despesas de vendas	**48.917.687**
Redução ao valor recuperável	–

(*) O conjunto de ativos avaliados a valor justo é composto por: terrenos, material rodante obras civis e terminais.

II) Permuta de ativos

Em dezembro de 2019, a Companhia sacramentou permuta de ativos com a CPTM, através de evento societário com seu acionista controlador - GESP, que resultou na adição de imobilizado do trecho Capão Redondo - Largo Treze, da Linha 5 - lilás, no valor de R$ 1.083.345, e concomitantemente, efetuou a transferência do ativo referente ao trecho Artur Alvim - Guaianases, da Linha 11 - Coral, no valor de R$ 648.307, conforme detalhado na Nota explicativa 1 (item iii), resultando no aumento líquido do imobilizado de R$ 435.038.

10.2 Ativos sob concessão

A Companhia, conjuntamente com o acionista controlador - GESP, pode avaliar eventuais oportunidades de concessão de parte de sua operação de transporte à iniciativa privada.
O poder concedente é o GESP (responsável pela contrapartida no recebimento da outorga pela concessionária) enquanto o Metrô figura como interveniente. De acordo com o CPC 27 - Ativo Imobilizado e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a qualificação da Companhia como interveniente neste processo justifica a manutenção da contabilização destes ativos registrados em seu imobilizado.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os ativos imobilizados sob concessão são demonstrados a seguir:

	Taxa anual ponderada de depreciação	Custo de aquisição Linha 4	Custo de aquisição Linha 5	Total do ativo imobilizado
Custo				
Obras civis [a]		3.515.479	6.977.238	10.492.717
Sistemas [b]		1.172.895	1.412.724	2.585.618
Terrenos		228.807	713.114	941.921
Obras em Andamento		597.426	1.880.464	2.477.890
Total		**5.514.607**	**10.983.540**	**16.498.147**
Depreciação				
Obras civis [a]	1,25%	(329.876)	(137.520)	(467.396)
Sistemas [b]	2,90%	(196.268)	(20.436)	(216.704)
Total		**(526.144)**	**(157.956)**	**(684.100)**
Total imobilizado		**4.988.463**	**10.825.584**	**15.814.047**

[a] Inclui edifícios, estações, túneis, elevados, terminais, outras estruturas, instalações e equipamentos.
[b] Inclui material rodanvte (trens), sistemas de vias auxiliares.

11. INTANGÍVEL

11.1 Ativos intangíveis com vida útil definida

	Taxa média ponderada	Saldo em 31/12/2018 Reapresentado	Adições	Saldo em 31/12/2019
Softwares	**20% a.a.**			
Custo de Aquisição		99.974	**38**	**100.013**
Amortização		(27.676)	**(19.391)**	**(47.068)**
Valor líquido		72.298	**(19.353)**	**52.945**

12. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui política vigente aprovada pelo Conselho de Administração para regular e orientar seu corpo de profissionais na celebração de transações e contratos envolvendo partes relacionadas e em situações que possam gerar potencial conflito de interesses nestas operações. Desta forma, a política de partes relacionadas objetiva assegurar os interesses da Companhia, alinhado à transparência de processos e às melhores práticas de Governança Corporativa.

		31/12/2019			31/12/2018		
Partes relacionadas	Natureza da principal operação	Circulante	Não circulante	Total	Reapresentado Circulante	Não circulante	Total
Ativos							
GESP	C/R - Serviços de transporte [a]	**254.497**	**700**	**255.197**	185.169	700	185.869
Comissionados	C/R - Empregados cedidos [b]	**6.714**	**–**	**6.714**	3.405	**–**	3.405
		261.211	**700**	**261.911**	188.574	700	189.274
Passivos							
CBTU	C/P - Convênios [c]	**(3.874)**	**(230.537)**	**(234.411)**	(3.874)	(234.411)	(238.285)
Metrus - Instituto	C/P - Previdência e saúde [d]	**(22.790)**	–	**(22.790)**	(30.797)	–	(30.797)
		(26.664)	**(230.537)**	**(257.201)**	(34.671)	(234.411)	(269.082)
Resultado				**31/12/2019**			31/12/2018
CBTU	C/P - Convênios [c]			3874			3.874
CPTM	Receitas com ativos L5 [e]			**–**			22.780
Administração	Despesas com folha [f]			**(4.988)**			(5.212)
Total				**(1.114)**			21.442

[a] Montantes a receber do Governo do Estado de São Paulo referentes a ressarcimentos da operação de transporte de passageiros.
[b] Conforme demonstrado na nota 5.1 (a) Contas a receber, líquidos, refere-se a ressarcimento pela cessão de profissionais pertencentes ao seu quadro às outras empresas ligadas à administração do GESP ou a entidades públicas.
[c] Montantes a serem reconhecidos em conta de resultado pelo regime de competência, cuja origem se deve a convênio firmado com a Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU para repasse de R$ 270 milhões de reais recebidos como subvenção do Governo Federal, através do Ministério das Cidades, para prosseguimento das obras da Linha 2 - Verde, conforme disposto na Medida Provisória nº 408 de dezembro de 2007.
[d] Montantes a pagar ao Metrus - Instituto de Seguridade Social, referente à contribuição da patrocinadora sobre os planos de previdência privada (Plano I e Plano II) e assistência médica de seus empregados.
[e] Receitas auferidas na Linha 5 - Lilás no 1° semestre de 2018. Apesar de todas as estações e trens em operação serem de propriedade da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, a operação desta linha, na época, era realizada pelo Metrô, conforme Convênio n° 0232789101 firmado e, posteriormente, convalidado em 27 de dezembro de 2007. A partir de 4 de agosto de 2018, a operação e manutenção passou a ser executada pela ViaMobilidade através da Secretaria dos Transportes Metropolitanos - STM, por meio do contrato de concessão n° 003/2018 - Concessão das linhas 5 - Lilás e 17 - Ouro, assinado em 5 de abril de 2018.
[f] Trata-se de valor pago a título de honorários de Diretoria Executiva, Conselho e Comitês.

13. FORNECEDORES

	31/12/2019	31/12/2018 Reapresentado
Terceiros nacionais		
Empreiteiras - obras civis	**221.415**	45.734
Fornecedores de sistemas	**126.318**	226.125
Prestação de serviços	**146.325**	84.015
Energia elétrica	**8.095**	7.235
Outros	**27.803**	48.714
Fornecedores nacionais	**529.956**	411.823
Fornecedores internacionais	**20**	418
Total	**529.976**	412.241

14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	31/12/2019	31/12/2018 Reapresentado
Circulante		
Contribuição previdenciária sobre receita bruta - CPRB	**4.057**	5.230
PIS e Cofins - sobre receitas não tarifárias e importação	**19.321**	13.225
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	**2.082**	1.598
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	**31.515**	36.662
PIS, COFINS e CSLL - retenção da contratação de serviços	**2.404**	5.117
Outros impostos e contribuições [a]	**7.946**	8.422
Total	**67.325**	70.254
Não circulante		
Seguro acidente de trabalho - SAT	**–**	17.516
Total	**–**	17.516
Total geral	**67.325**	87.770

[a] Inclui valores a recolher relativos a ISS, ICMS e CIDE.

15. REMUNERAÇÕES E ENCARGOS A PAGAR

	31/12/2019	31/12/2018 Reapresentado
Salários a pagar	**41.643**	36.923
Encargos sociais	**71.202**	76.994
Férias	**118.338**	109.441
Programa de demissão voluntária - PDV	**71.542**	173.398
Participação no resultado - PPR	**58.911**	66.059
Outros valores a pagar [a]	**5.520**	21.620
	367.156	484.435
Total - circulante	**330.629**	421.628
Total - não circulante	**36.527**	62.807
Total de remunerações e encargos a pagar	**367.156**	484.435

[a] Inclui: Verbas rescisórias e pensões judiciais.

16. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	31/12/2019	31/12/2018 Reapresentado
Circulante		
Créditos em poder do passageiro [a]	**404.055**	356.755
Locações a apropriar	**3.125**	3.905
Centros comerciais	**3.898**	3.898
Outros	**1.244**	207
Total	**412.322**	364.765
Não circulante		
Centros comerciais	**107.964**	111.862
Outros	**10.878**	321
Total	**118.842**	112.183
Total geral	**531.164**	476.949

[a] Créditos em poder do passageiro são compostos pelos bilhetes: Único, Edmonson e Bom. Os créditos adquiridos pelos passageiros não estão sujeitos a um período limite para sua utilização.

17. PLANOS DE PREVIDÊNCIA SUPLEMENTAR

17.1 Planos de benefícios

A Companhia assegura o custeio de planos de aposentadoria suplementar vitalícia estruturados na modalidade de benefício definido (Plano I) e contribuição definida (Plano II) voltado aos seus empregados e administrado pelo Metrus - Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar, na qual o Metrô é patrocinadora.

i) Benefício definido (Plano I)
Concedido a empregados até 1999, com contribuições fixas, prevendo o pagamento de benefícios de renda suplementar vitalícia para participantes com no mínimo 60 anos de idade e 10 anos de participação no plano.

ii) Contribuição definida (Plano II)
Concedido a empregados após 1999 e para participantes que aceitaram a migração do Plano I, prevendo contribuições que são fixas, podendo ser suplementadas de contribuições variáveis e, ao final, pode chegar à mesma estrutura de pagamento dos benefícios, nas mesmas condições de tempo de participação no plano e idade aplicados no Plano I.

Ambos os planos são limitados à curva de remuneração do saldo da cota vigente ao participante quando este é elegível ao benefício, e são limitados a até 70% da remuneração atual do profissional. A diferença é que, no Plano I, o participante tem assegurado pela patrocinadora o direito ao benefício de 70% da remuneração, se cumprido o plano de contribuições e independentemente da performance de ativos e passivos financeiros do plano, enquanto que no Plano II, os valores dos benefícios estão condicionados aos aportes adicionais que o participante pode realizar e à performance dos ativos e passivos do plano.
A Companhia oferece o benefício de pensão por morte ao participante assistido e de aposentadoria por invalidez.
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o montante das obrigações futuras registradas desses benefícios no Plano I é de R$ 90.227 e R$ 216.413, respectivamente.
Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os montantes de contribuição da patrocinadora e participantes para o Plano II é de R$ 73.639 e de R$ 62.557, respectivamente.

continua

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17.2 Principais premissas atuariais econômicas e biométricas utilizadas no cálculo do passivo atuarial

	31/12/2019	31/12/2018
Duração média de pagamentos - Plano I	**22,39 anos**	18,46 anos
Duração média de pagamentos - Plano II	**25,27 anos**	27,02 anos
Taxa de desconto - Plano I	**7,57% a.a.**	9,10% a.a.
Taxa de desconto - Plano II	**7,57% a.a.**	9,17% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	**3,85% a.a.**	4,00% a.a.
Tábua biométrica de sobrevivência - Plano I	**AT-2000**	AT-83
Tábua biométrica de sobrevivência - Plano II	**AT-2000**	AT-2000
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	**IBGE 2010**	IBGE 2010

A variação nas premissas taxa de desconto e taxa de crescimento salarial teria os seguintes efeitos em 31 de dezembro de 2019:

	Variação	Aumento na premissa	Redução na premissa
Plano I			
Taxa de desconto	0,25%	Redução de 1,27 %	Aumento de 3,77 %
Taxa de crescimento salarial	1,00%	Redução de 0,97 %	Redução de 0,92 %
Plano II			
Taxa de desconto	0,25%	Redução de 1,27 %	Aumento de 0,87 %
Taxa de crescimento salarial	1,00%	Redução de 0,97 %	Aumento de 1,00 %

17.3 Movimentação do passivo atuarial líquido e valor justo dos ativos do plano e obrigações atuariais

	Plano I
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2017	257.611
Custo do serviço corrente	23.131
Juros sobre obrigação atuarial	21.977
Contribuições da patrocinadora	(21.911)
Contribuições dos participantes	(22.169)
(Ganhos) / perdas atuariais - ORA (2018)	(42.226)
Saldo final em 31 de dezembro de 2018 - Reapresentado	216.413
Custo do serviço corrente	**21.677**
Juros sobre obrigação atuarial	**18.023**
Contribuições da patrocinadora	**(12.119)**
Contribuições dos participantes	**(12.215)**
(Ganhos) / perdas atuariais - ORA (2018)	**(51.325)**
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	**180.454**
Valor presente das obrigações atuariais	**1.566.114**
Valor justo dos ativos do plano	**(1.385.660)**
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2019	**180.454**
50% sob responsabilidade da Cia do Metrô	**90.227**

A Companhia reconhece os ganhos ou perdas atuariais decorrentes de premissas atuariais diretamente no patrimônio líquido, como ajuste de avaliação patrimonial, líquido de imposto de renda diferido apenas ao final do exercício, quando é auferido o cálculo atuarial por consultor independente.

Em dezembro de 2019 o montante de benefícios pagos conjuntamente pelos dois planos é de 127.857. (Em 31 de dezembro de 2018, o montante pago foi de R$ 106.458).

18. PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS

A Companhia é polo passivo em uma série de ações judiciais referentes ao curso normal dos negócios, incluindo ações nas esferas trabalhista, cível, tributária e previdenciária. A Administração reconhece provisões nas demonstrações financeiras de forma consistente, quando a probabilidade de perda é considerada provável pelos seus assessores jurídicos.

Os prazos e os montantes dos pagamentos podem variar a depender do resultado final dos processos judiciais. As provisões estão assim demonstradas:

	Saldo em 31/12/2018 Reapresentado	Adições	Atualizações monetárias	Liquidações/ baixas	Saldo em 31/12/2019
Trabalhistas	119.290	41.119	(16.241)	(52.196)	91.971
Cíveis	607.768	116.088	63.482	(48.062)	739.277
Tributários e previdenciários	54	6.224	99	(156)	6.221
Total	727.112	**163.431**	**47.340**	**(100.414)**	**837.469**

18.1 Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia figura no polo passivo em 4.444 processos de natureza trabalhista.

Os processos trabalhistas estão relacionados, principalmente, aos pleitos sobre periculosidade, equiparação salarial e horas extras.

18.2 Processos cíveis

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia figura no polo passivo em 924 processos de natureza cível.

Os processos cíveis estão relacionados, principalmente, às discussões de créditos a receber e indenizações por dano material e moral.

Destaca-se, dentre os processos, as ações movidas pelas empresas Emtel e Inepar, descritos abaixo em detalhes:

Processo Turma da Rua

Conforme convênio celebrado, o Metrus em outubro de 1988, assumiu a responsabilidade pela administração do Programa Turma da Rua, permanecendo o Metrô responsável por todos os custos dele decorrentes, em atenção às determinações do GESP. Neste sentido, o Metrô repassou os recursos necessários ao Metrus para a liquidação das obrigações. A mão de obra para a execução deste Programa foi terceirizada, com a contratação da EMTEL - Recursos Humanos e Serviços Terceirizados Ltda.

O contrato com a EMTEL encerrou-se em 06 de março de 1995, quando a administração do Programa voltou à responsabilidade do Metrô, a título emergencial, uma vez que os serviços não podiam ser interrompidos e não havia possibilidade legal de prorrogação do contrato.

Existe, atualmente, uma demanda judicial entre EMTEL e Metrus, onde se discutem indenizações trabalhistas acrescidas de custas processuais, correção monetária, juros de mora e de honorários advocatícios, que o Instituto não reconhece como sua obrigação.

Adicionalmente, foram movidas diversas reclamações trabalhistas contra a EMTEL, nas quais o Metrus também poderá vir a ter de responder solidariamente pelas obrigações decorrentes.

Assim, em decorrência do convênio celebrado entre o Metrô e Metrus, quaisquer despesas provenientes destes processos, se devidas pelo Instituto, serão, ao final, suportadas pelo Metrô e pelo GESP. Em 31 de dezembro de 2019, o montante provisionado para esta contingência, por conta de sua probabilidade provável, é de R$ 547.886 (R$ 543.811 em 31 de dezembro de 2018).

Processo Inepar

A Companhia atua como contraparte em processo movido pela empresa Inepar, que alega prejuízos decorrentes de sucessivas prorrogações dos prazos do contrato firmado com o Metrô no ano de 1992, cujo objeto corresponde à prestação de serviços de engenharia, o fornecimento e montagem de equipamentos, materiais e componentes da via permanente, destinados à Extensão Norte da Linha Norte-Sul do Metrô de São Paulo.

A autora alega na ação que, em razão de prorrogações de prazo contratuais, foram gerados custos indiretos adicionais, não cobertos pela remuneração paga ao longo da execução contratual.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia avalia a probabilidade de perda do processo como provável no montante estimado de R$ 76.362. Em junho de 2019, o processo da Inepar passou da classificação de risco possível para provável, em decorrência de decisões judiciais que são desfavoráveis à Companhia.

18.3 Processos tributários e previdenciários

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia figura no polo passivo em 1.104 processos administrativos e judiciais de natureza tributária e previdenciária.

De maneira geral, os processos tributários e previdenciários estão relacionados, principalmente, a isenções de cobrança do ISS referente a demolições, multas aplicadas e discussões sobre a incidência de diversos tributos.

18.4 Processos judiciais não provisionados

A Companhia possui ações de natureza trabalhista, cível e tributária que não estão provisionadas, pois envolvem risco com probabilidade de perda classificada pela Administração e por seus assessores jurídicos como possível.

	31/12/2019	31/12/2018 Reapresentado
Trabalhistas	**253.277**	260.787
Cíveis [a]	**2.490.392**	4.281.698
Tributários e previdenciários	**58.964**	24.189
Total	**2.802.633**	4.566.674

[a] Os cinco maiores processos judiciais cíveis, não provisionados, tem como autor da ação as seguintes empresas: Andrade Gutierrez Engenharia S.A. (2 processos), Consórcio Via Amarela, Corsan-Corviam Construccion S.A. do Brasil e Boulevard São Bento S/A. Esses processos possuem estimativa de perda no montante de R$ 1.302.130.

19 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1 Capital autorizado

A Companhia atua sob regime de capital social autorizado, o qual foi elevado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 23 de outubro de 2018, para o montante de R$ 52.674.522 conforme retratado no Artigo 3º do Estatuto Social (Em 31 de dezembro 2017 no montante de R$ 39.845.226).

O Conselho de Administração pode deliberar o aumento do capital dentro do limite autorizado e uma vez consultado o Conselho Fiscal, conforme Artigo 14º, inciso XIII do Estatuto Social da Companhia.

19.2 Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social realizado é de R$ 40.010.915, composto por 7.182.690 ações ordinárias de classe única, nominativas, sem valor nominal e com direito a um voto cada (Em 31 de dezembro de 2018 o capital social subscrito e integralizado é de R$ 38.516.495 e é composto por 6.865.556 ações ordinárias).

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019, foi realizado o aumento de capital no valor de R$ 2.142.727, sendo que R$ 1.059.381 foi integralizado em bens recebidos em operação de permuta de ativos e R$ 1.059.382 referente a aporte de recursos em moeda nacional, na operação de permuta foi realizada a redução de capital de R$ 648.307 em bens transferidos, conforme nota explicativa 1, item (iii) e a DMPL.

A composição do capital social é apresentada abaixo:

	31/12/2019		31/12/2018	
Acionista	**Quantidade - ON**	**%**	**Quantidade - ON**	**%**
Fazenda do Estado de São Paulo - FESP	**6.977.893**	**97,15%**	6.660.759	97,02%
Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP	**202.032**	**2,81%**	202.032	2,94%
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	**1.171**	**0,02%**	1.171	0,02%
Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS	**1.043**	**0,01%**	1.043	0,01%
Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A - EMPLASA	**547**	**0,01%**	547	0,01%
Outros - ações em tesouraria	**4**	**0,00%**	4	0,00%
Total	**7.182.690**	**100,00%**	6.865.556	100,00%

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2019	31/12/2018 Reapresentado
Receita tarifária	**2.023.047**	1.967.037
Gratuidades (ressarcimento) [a]	**630.183**	638.396
Desenvolvimento imobiliário	**114.849**	106.112
Varejo	**71.815**	68.048
Mídia e publicidade	**47.107**	46.433
Telecomunicações	**13.223**	13.004
Outros negócios	**207**	–
Receita não tarifária	**247.200**	233.597
Receita operacional bruta	**2.900.430**	2.839.031
Deduções e abatimentos	**(13.468)**	(42.421)
Impostos sobre a receita bruta [b]	**(75.793)**	(76.208)
Deduções e impostos	**(89.260)**	(118.630)
Receita operacional líquida	**2.811.170**	2.720.401

[a] Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 inclui os montantes de R$ 630.183 e R$ 638.396 à título de ressarcimento de gratuidades no uso dos transportes oferecidos à população por meio de políticas públicas implementadas.

[b] Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 inclui os montantes de R$ 55.010 e R$ 52.544 respectivamente, referente à Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB.

21. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2019	31/12/2018 Reapresentado
Custos dos serviços prestados		
Pessoal	**(1.364.547)**	(1.368.937)
Materiais	**(59.860)**	(45.247)
Energia elétrica de tração	**(221.973)**	(197.543)
Serviços	**(151.622)**	(160.681)
Gastos gerais	**(115.981)**	(83.545)
Depreciação e amortização	**(555.224)**	(553.189)
	(2.469.207)	(2.409.142)
Despesas com vendas		
Pessoal	**(19.022)**	(14.161)
Materiais	**(5)**	(4)
Serviços	**(573)**	(923)
Gastos gerais	**(31)**	(1.254)
Depreciação e amortização	**(8)**	(8)
	(19.639)	(16.350)
Despesas gerais e administrativas		
Pessoal	**(352.380)**	(432.269)
Materiais	**(2.066)**	(1.804)
Serviços	**(117.918)**	(116.996)
Gastos gerais	**(361.272)**	(249.850)
Provisões líquidas com PCE	**(28.750)**	54.574
Depreciação e amortização	**(23.623)**	(23.385)
Despesas com arrecadação	**(48.407)**	(53.314)
	(934.416)	(823.045)
Outras receitas (despesas) operacionais		
Receitas com a prestação de outros serviços	**62.486**	14.464
Multas contratuais	**20.797**	34.112
Resultado na alienação de ativos	**9.656**	37.654
Créditos convênio CBTU	**3.874**	3.874
Baixas de imobilizados e intangível	**10.118**	(192.795)
Outras despesas operacionais, líquidas	**(142.008)**	(68.966)
	(35.077)	(171.657)
	(3.458.339)	(3.420.194)

22. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	31/12/2019	31/12/2018 Reapresentado
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	**43.173**	30.670
Juros ativos	**7.357**	2.723
Descontos obtidos	**8.406**	9.528
Ajuste a valor presente	**6.465**	–
	65.401	42.921
Despesas financeiras		
Despesas com juros	**(1.760)**	(5.006)
Despesas com juros atuariais	**(19.850)**	(21.977)
Outras despesas financeiras	**(962)**	(2.367)
	(22.572)	(29.350)
Variações monetárias e cambiais		
Variações monetárias líquidas	**3.873**	901
Variações cambiais líquidas	**1.050**	1.681
	4.923	2.583
Total de receitas financeiras	**65.401**	42.921
Total de despesas financeiras	**(22.572)**	(29.350)
Total de variações monetárias e cambiais	**4.923**	2.583
Resultado financeiro líquido	**47.752**	16.154

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

23.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apurados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo dos impostos sobre o lucro e os montantes contábeis registrados (variações de provisões diversas e cálculo do valor justo de instrumentos financeiros).

As alíquotas nominais definidas atualmente pela legislação tributária vigente para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não reconheceu créditos de impostos diferidos ativos, pois não há expectativa de lucro tributável para os próximos exercícios.

A composição do prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social, estão abaixo apresentados:

	31/12/2019	31/12/2018 Reapresentado
Prejuízos fiscais	**4.177.864**	3.984.585
Base negativa da contribuição social	**3.864.021**	3.693.831

23.2 Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	31/12/2019	31/12/2018 Reapresentado
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**(599.416)**	(683.639)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	**203.801**	232.437
Efeito tributário sobre diferenças permanentes:		
Lei 8.200/91 - CSLL [a]	**(2.153)**	(2.443)
Perdas crédito em poder usuário - Bilhete Único	**–**	(69.850)
Programa especial de regularização tributária [b]	**–**	(4.182)
Demais adições e exclusões, líquidas	**(69.692)**	(4.004)
Parcela não reconhecida sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa.	**(131.956)**	(140.397)
Corrente	**–**	(4.182)
Diferido [c]	**–**	15.743
Imposto de renda	**–**	11.561
Corrente	**–**	–
Contribuição social	**–**	–
Despesa de imposto de renda e contribuição social nos períodos	**–**	11.561

[a] Refere-se a diferença entre a depreciação dos ativos imobilizados corrigidos monetariamente pela Lei n° 8.200/91 em relação à depreciação prevista na Lei n° 6.404/76.

[b] Trata-se de subvenção para investimento prevista na MP 408/2002 para a implantação do trecho da Linha 2 - Verde do sistema metroviário de São Paulo.

[c] Refere-se ao reconhecimento de crédito tributário utilizado no programa de parcelamento de INSS - SAT.

24. RESULTADO POR AÇÃO

24.1 Básico

O resultado por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias recompradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	31/12/2019	31/12/2018 Reapresentado
Prejuízo atribuível aos acionistas	**(599.416)**	(672.078)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias no exercício	**7.183**	6.866
Quantidade média ponderada de ações em tesouraria	**0,004**	0,004
Quantidade média ponderada de ações em circulação	**7.183**	6.866
Prejuízo básico por ação ordinária (Em R$)	**(83,4 5)**	(97,89)

A Companhia não possui ações ou instrumentos conversíveis em ações, que poderiam resultar na diluição do lucro por ação.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E FATORES DE RISCO

25.1 Gestão de riscos financeiros

a) Contexto geral

A Administração da Companhia está voltada para a sustentabilidade de seu equilíbrio econômico-financeiro no curso normal dos seus negócios. Neste sentido, as atividades do Metrô o expõem aos seguintes fatores de riscos de mercado: políticas públicas de preços tarifários, de outros índices macroeconômicos, riscos de crédito e de liquidez, os quais introduzem certo grau de incerteza sobre a geração sustentável de caixa e de resultados da Companhia. Para gerenciar esta volatilidade, ocasionada por fatores externos, o Metrô dispõe de políticas e procedimentos para a gestão de riscos financeiros.

O processo de gestão de riscos compreende as seguintes etapas: i) identificação dos fatores de riscos e da exposição do valor dos ativos, fluxos de caixa e resultado da Companhia aos riscos de mercado; ii) mensuração e comunicação do risco mensurado; iii) avaliação e definição de estratégias para o gerenciamento dos riscos de mercado; e iv) implementação e acompanhamento da performance das estratégias.

Os principais fatores de riscos financeiros considerados pela Administração são:

- Risco de liquidez;
- Risco de crédito;
- Risco de taxa de câmbio;
- Risco de taxa de juros;
- Risco de preços tarifários.

b) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e pelo custo amortizado. A classificação depende da análise da carteira de títulos como um todo, levando em consideração as características dos fluxos de caixa contratados e o objetivo do modelo de negócio de gestão dos ativos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

A Companhia reconhece todos os passivos financeiros inicialmente na data de negociação, que é a data na qual a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é liquidada, cancelada ou expirada.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado ou pelo custo amortizado, compreendendo fornecedores, tributos e outras obrigações a pagar. Estes passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento, eles são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A classificação dos instrumentos financeiros da Companhia é apresentada a seguir:

	Mensurados a valor justo por meio do resultado		Mensurados a valor justo em de outros resultados abrangentes		Custo amortizado	
	31/12/2019	31/12/2018 Reapresentado	31/12/2019	31/12/2018 Reapresentado	31/12/2019	31/12/2018 Reapresentado
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	**674.262**	814.697	**–**	–	**–**	–
Títulos e valores mobiliários [a]	**–**	–	**9.017**	8.151	**–**	–
Contas a receber	**–**	–	**–**	–	**294.805**	205.106
Outros ativos	**–**	–	**–**	–	**10.373**	35.084
	674.262	814.697	**9.017**	8.151	**305.178**	240.190
Passivo						
Fornecedores	**–**	–	**–**	–	**529.976**	412.241
Partes relacionadas	**–**	–	**–**	–	**257.201**	269.082
Outras contas e despesas a pagar	**–**	–	**–**	–	**6.160**	5.189
Total	**–**	–	**–**	–	**793.337**	686.512

[a] Refere-se a ações de companhias de capital aberto e fechado.

continua

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

25.2 Risco de liquidez

A Companhia tem sua previsão de fluxo de caixa realizada pela Administração, a qual monitora as previsões contínuas de exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para fazer frente às necessidades operacionais e as suas obrigações.

Dada sua gestão de estrutura de capital, a Companhia substancialmente opera com o capital de giro próprio para suas atividades operacionais e para investimentos estruturais é suportada, essencialmente, via aporte de capital de seus acionistas. Desta forma, a Companhia não possui fluxos de caixa contratados por meio de dívidas de longo prazo a serem liquidados futuramente na data das demonstrações financeiras.

As ações mantidas a valor justo por meio de outros resultados abrangentes são de nível 1.

25.3 Risco de crédito

O risco de crédito é inerente às atividades operacionais e financeiras da Companhia, presente principalmente nas rubricas de caixa, equivalentes de caixa e contas a receber. Os ativos classificados como caixa e equivalentes de caixa concentram-se em instituições financeiras de primeira linha classificadas como *high grade* pelas principais agências de classificação de risco. Por decisão estratégica do GESP, os recursos financeiros do Sistema Integrado de Administração Financeira de Estados e Municípios - SIAFEM, incluindo o saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia, são gerenciados pelo Banco do Brasil, que possui classificação BB- concedida pelas agências Fitch Ratings e Standard & Poor's, BB+ concedida pela Moody's.

Os limites de crédito são estabelecidos com base em critérios internos de classificação e os valores contábeis representam a exposição máxima do risco de crédito.

A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em sistema interno de classificação de crédito. Os recebíveis do GESP são avaliados individualmente e os valores contábeis correspondem à expectativa de realização sob a perspectiva da Companhia.

25.4 Risco de taxas de câmbio

A Companhia, eventualmente, no curso natural de seus negócios pode contratar serviços e comprar materiais e equipamentos de fornecedores estrangeiros através de seus processos de licitação, substancialmente ligados aos programas de investimentos em novas linhas metroviárias, sistemas e frota de trens, ficando desta forma exposta a oscilações cambiais quando do câmbio da data de compra até a efetiva data de liquidação das obrigações.

A Companhia avalia que a participação de fornecedores estrangeiros em suas obrigações contratuais não é material na data das demonstrações financeiras.

25.5 Risco de taxas de juros

As oscilações das taxas de juros podem implicar em efeitos de aumento ou redução do custo sobre os novos financiamentos e operações já contratadas, bem como incremento de despesas financeiras aplicadas sobre obrigações liquidadas fora do prazo contratual.

A Companhia não possui montantes em empréstimos e financiamentos contratados na data das demonstrações financeiras, e portanto, não está exposta a tal risco de forma significativa.

25.6 Risco de preços tarifários

A Companhia está exposta a preços tarifários de operação fixados por política pública de preços de passagens dos transportes de passageiros aplicada na Região Metropolitana de São Paulo pela STM, ligada ao GESP.

Com a finalidade de mitigar estes efeitos, a Companhia trabalha de forma integrada junto à STM para formular estudos de viabilidade econômica e aplicação de ajustes tarifários, quando aplicáveis, aos preços das tarifas de forma a buscar o equilíbrio, tanto da parte da Companhia quanto para a sociedade, porém não é possível garantir que o preço da tarifa sempre se manterá em patamares benéficos para o resultado do Metrô.

25.7 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação na data das demonstrações financeiras.

25.8 Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é de assegurar a sua liquidez, índices de cobertura adequados e mitigar riscos que possam impactar a disponibilidade de capital aplicado no curso normal dos negócios.

A Companhia monitora de forma constante indicadores relevantes como: i) Índice de limite máximo de endividamento, expresso pelo limite de representatividade de até 1% do total do passivo oneroso sobre o total de ativos da Companhia, conforme disposto em instrumento normativo interno; ii) Índice de cobertura, que representa que todas as entradas de caixa fizeram frente as obrigações da Companhia de forma tempestiva.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possui passivo oneroso para fins de apuração do índice de endividamento. O índice de cobertura apurado é de 100,9% no período findo em 31 de dezembro de 2019 e 108,6% em 31 de dezembro de 2018.

25.9 Garantias

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui garantias reais vinculadas a operações de contas a receber referente a operações de arrendamento, locações de espaços, outras receitas adjacentes e a contratos com fornecedores no montante de R$ 4.433 (R$ 4.882 em 31 de dezembro de 2018).

26 COBERTURA DE SEGUROS

O Metrô mantém apólices de seguros contratados junto às principais seguradoras do país definidas por licitação que levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía cobertura de seguros para cobrir possíveis riscos de perda material por incêndio, responsabilidade civil e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado, passageiros e construções, por valores considerados suficientes pela Administração.

	31/12/2019	31/12/2018 Reapresentado
Limite máximo de indenizações		
Ativos materiais - cobertura básica	**652.640**	652.640
Riscos diversos	**2.491**	2.417
Seguro de responsabilidade civil - administradores	**30.000**	30.000
Seguro de responsabilidade civil - geral	**43.300**	43.300
Seguro garantia compra de energia	**45.000**	–
Seguro garantia judicial	**100.000**	–
Total	**873.431**	728.357

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente - Osvaldo Garcia

Membros:

Almino Monteiro Álvares Affonso, Jerônimo Antunes, Luis Felipe Vidal Arellano, Rodrigo Sergio Dias, Silvani Pereira, Gilmario Ribeiro, José Umberto Pereira, Marise Fernandes de Araújo, Ruy Martins Altenfelder Silva, Torquato Lorena Jardim

DIRETORIA EXECUTIVA

Silvani Pereira	**Alfredo Falchi Neto**	**Cláudio Roberto Ferreira**	**Paulo Sérgio Amalfi Meca**	**Milton Gioia Júnior**	**Renato Palma Ferreira**
Diretor-Presidente	Diretor de Assuntos Corporativos	Diretor Comercial	Diretor de Engenharia e Planejamento	Diretor de Operações	Diretor de Finanças

Mônica Gomide Mendes Eher
Gerente de Controladoria

Wilson Bandeira de Moura
Contador - CRC 1SP-223.198/O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras e as respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhado do Relatório dos Auditores Independentes - BDO RCS Auditores Independentes SS, com ressalva sobre os procedimentos aplicados para a execução do teste de *impairment*, e o Conselho Fiscal, por unanimidade, à vista das verificações realizadas ao longo de todo o exercício social, é de opinião que os referidos documentos societários, refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ, observada a ressalva apresentada, e reúnem condições de ser submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas da empresa. O Conselho Fiscal observa, ainda, que existem análises em curso realizadas pela Administração para avaliar os impactos nas operações e na situação econômica da Companhia, decorrentes da pandemia do vírus Covid-19.

São Paulo, 19 de março de 2020

Cassiana Montesião de Sousa | **Henrique de Castilho Pinto** | **Pedro Tegon Moro** | **Wilson Sergio Pedroso Júnior** | **Felissa Sousa Alarcon**

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

O Comitê de Auditoria Estatutário (Comitê ou CAE) (é um), órgão estatutário técnico de auxílio permanente do Conselho de Administração da Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ (METRÔ), no exercício de suas atividades de revisão, monitoramento e avaliação dos controles internos e relatórios financeiros da Companhia, em especial às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhamento da efetividade dos trabalhos e conclusões da auditoria independente BDO RCS Auditores Independente e da auditoria interna, durante o exercício referido, emite o seguinte parecer:

"Considerando os trabalhos conduzidos pelo CAE no transcorrer do exercício social de 2019 e até esta data, as reuniões realizadas com a presença de diversos membros da Diretoria Executiva, auditoria interna e auditores independentes, tudo consubstanciado no exame de documentos e nas respectivas atas produzidas, os quais ficam arquivados na sede da Companhia, além da análise das informações divulgadas ao Conselho de Administração e aos acionistas, exames das Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, e com base no relatório da BDO RCS Auditores Independente, emitido: a) com ressalvas quanto a impossibilidade da auditoria concluir sobre a necessidade de se constituir - ou não - provisão para perdas sobre o ativo imobilizado; e b) com ênfase sobre o assunto tratado na Nota Explicativa 1 das Demonstrações Financeiras, que versa sobre o acordo de delação premiada de ex-executivo do METRÔ firmado com o Ministério Público Federal, o Comitê de Auditoria Estatutário, não tendo constatado nenhuma ocorrência capaz de comprometer a qualidade e a integridade das informações a serem divulgadas, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação e divulgação das Demonstrações Financeiras do Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019."

São Paulo, 19 de março de 2020.

Jerônimo Antunes - Coordenador do CAE | **Alexandre Akio Motonaga -** Membro | **Silverio Crestana -** Membro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaro, na qualidade de Diretor Presidente da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô, empresa pública com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Boa Vista, nº 175, CEP 01014-920, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.070.362/0001-06, que juntamente com os demais membros da Diretoria Executiva da Companhia revi, discuti e concordei com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

São Paulo, 19 de março de 2020

Silvani Pereira	**Alfredo Falchi Neto**	**Cláudio Roberto Ferreira**	**Paulo Sérgio Amalfi Meca**	**Milton Gioia Júnior**	**Renato Palma Ferreira**
Diretor-Presidente	Diretor de Assuntos Corporativos	Diretor Comercial	Diretor de Engenharia e Planejamento	Diretor de Operações	Diretor de Finanças

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE

Declaro, na qualidade de Diretor-Presidente da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô, empresa pública com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Boa Vista, nº 175, CEP 01014-920, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.070.362/0001-06, que juntamente com os demais membros da Diretoria Executiva da Companhia revi, discuti e concordei com a opinião expressada no parecer dos auditores independentes, referente as demonstrações financeiras sobre o exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

São Paulo, 19 de março de 2020.

Silvani Pereira	**Alfredo Falchi Neto**	**Cláudio Roberto Ferreira**	**Paulo Sérgio Amalfi Meca**	**Milton Gioia Júnior**	**Renato Palma Ferreira**
Diretor-Presidente	Diretor de Assuntos Corporativos	Diretor Comercial	Diretor de Engenharia e Planejamento	Diretor de Operações	Diretor de Finanças

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Metropolitana de São Paulo - Metrô
São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Metropolitana de São Paulo - Metrô ('Companhia'), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Metropolitana de São Paulo - Metrô em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na nota explicativa nº 10, a Administração da Companhia, visando o atendimento do Pronunciamento Técnico CPC 01 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", elaborou análise para demonstrar que o ativo imobilizado, registrado em 31 de dezembro de 2019 pelo montante de R$ 34.302.947 mil, não esteja registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). Contudo, concluímos que a análise efetuada não atendeu a todos os requisitos definidos na referida norma e, como consequência disso, não foi possível concluirmos sobre a necessidade de se constituir ou não provisão para perdas sobre os referidos ativos.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 1 às demonstrações financeiras, que apresenta informação sobre delação premiada de ex-executivo da Companhia celebrada com o Ministério Público Federal. Com base no estágio atual de conhecimento do assunto pela Companhia, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações financeiras. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse tema.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

O exame das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, preparadas originalmente antes dos ajustes para correção de erros, conforme descritos na Nota Explicativa 2.2, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado de 15 de fevereiro de 2019, sem ressalva. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa 2.2 que foram realizados para alterar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Em nossa opinião, os ajustes realizados para 31 de dezembro de 2018 são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar, nem aplicar nenhum outro procedimento sobre as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e, portanto, não expressamos opinião, nem nenhuma forma de asseguração sobre as referidas demonstrações financeiras tomados em conjunto.

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Balanço Social

Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de formarmos uma opinião sobre as demonstrações financeiras acima referidas, tomadas em conjunto. As informações contábeis contidas no balanço social referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, representam informações complementares a essas demonstrações, não sendo requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e estão sendo apresentadas para possibilitar uma análise adicional. Essas informações complementares foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria aplicados às demonstrações financeiras e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor[4]

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção "Base para opinião com ressalva" acima, não foi possível concluir se o Relatório da Administração também poderia estar distorcido de forma relevante pela mesma razão do assunto descrito na referida seção.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accouting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de março de 2020

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Francisco de Paula dos Reis Júnior
Contador CRC 1 SP 139268/O-6